

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ÁLVARO MANCHON FERREIRA

O SERVIÇO FEDERAL DE SEGURANÇA (FSB) RUSSO E A GUERRA HÍBRIDA:
O CASO DA UCRÂNIA

UBERLÂNDIA

2021

ÁLVARO MANCHON FERREIRA

O SERVIÇO FEDERAL DE SEGURANÇA (FSB) RUSSO E A GUERRA HÍBRIDA:
O CASO DA UCRÂNIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Edson Neves.

ÁLVARO MANCHON FERREIRA

O SERVIÇO FEDERAL DE SEGURANÇA (FSB) RUSSO E A GUERRA HÍBRIDA:
O CASO DA UCRÂNIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Edson Neves.

Uberlândia, 13 de setembro de 2021.

Banca Examinadora

Orientador: _____

Prof. Dr. Edson José Neves Jr.,
Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes,
Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes,
Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Para meus pais, Roberto Pinto Ferreira e Soraya Mendes Manchon, obrigado por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao prof. Dr. Edson José Neves Junior, meu orientador. Sem o seu suporte e compreensão, a realização deste trabalho não seria possível.

Aos examinadores da minha banca, o prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes e o prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes, pela avaliação da minha pesquisa, pelas questões levantadas, comentários e pareceres feitos. A todos os professores pelos quais um dia já fui instruído.

À Jéssica, por toda a ajuda em questões acadêmicas e pelas preocupações comigo e com meu bem estar nos momentos de maior dúvida, saiba que o carinho é recíproco.

Ao Taquece, por estar sempre junto comigo, ter feito um papel de mentor em vários momentos, me fazendo ver as coisas por outro ângulo e ajudando a diminuir minhas várias inseguranças, espero ser capaz de retribuir-lhe a amizade.

Ao Will, por ter se tornado um irmão mais velho e um exemplo para mim ao longo desses anos de convívio, obrigado por todo apoio, conselhos e amizade, desejo-lhe tudo de melhor e espero que todos os seus sonhos se realizem.

Aos meus demais amigos, Lohan, Hugo, Bruno, Rafael, Diego, Flávio, Vitor, Braz, Arturo, Abritta e Isabela, obrigado por sempre estarem ao meu lado desde sempre, inclusive na minha nem sempre fácil trajetória na Universidade Federal de Uberlândia, e por acreditarem em mim.

Por fim, aos meus queridos pais, os quais fizeram imensuráveis sacrifícios para que eu conseguisse chegar aonde cheguei, a vocês serei sempre eternamente grato e espero poder fazer-lhes orgulhosos.

LISTA DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES

FAPSI	Agência Federal de Comunicações e Informações Governamentais	<i>Федеральное Агентство Правительственной Связи и Информации</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional	
FPS	Serviço Federal de Fronteiras	<i>Федеральная Пограничная Служба</i>
FSB	Serviço Federal de Segurança	<i>Федеральная Служба Безопасности</i>
FSK	Serviço Federal de Contra-Inteligência	<i>Федеральная Служба Контрразведки</i>
FSO	Serviço Federal de Proteção	<i>Федеральная Служба Охраны</i>
GRU	Departamento Central de Inteligência (Rússia)	<i>Главное Разведывательное Управление</i>
GUR	Departamento Central de Inteligência (Ucrânia)	<i>Головне Управління Розвідки</i>
GUSP	Departamento Central de Programas Especiais do Presidente	<i>Главное Управление Специальных Программ Президента</i>
KGB	Comitê de Proteção do Estado	<i>Комитет Государственной Безопасности</i>
KSSO	Comando de Operações de Forças Especiais	<i>Командование Сил Специальных Операций</i>
OCX	Organização para Cooperação de Xangai	
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa	
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte	

OUN	Organização dos Nacionalistas Ucrânicos	<i>Організація Українських Націоналістів</i>
PCUS	Partido Comunista da União Soviética	
PIB	Produto Interno Bruto	
SBU	Serviço de Segurança da Ucrânia	<i>Служба Безпеки України</i>
SPETSNAZ	Unidade de Propósito Especial	<i>Війська Спеціального Назначення</i>
SVR	Serviço Externo de Inteligência	<i>Служба Внешней Разведки</i>
UE	União Europeia	
UPA	Exército Insurgente Ucrânico	<i>Українська Повстанська Армія</i>

Resumo

A guerra híbrida tem ganhado cada vez mais proeminência como um recurso das grandes potências, conceito que este trabalho busca analisar à luz da atuação do FSB, no caso da Ucrânia. Neste contexto, propõe-se entender a ideia de guerra híbrida e as “novas” formas de intervenção em assuntos internacionais para então apresentar uma recapitulação histórica do fim da União Soviética até o ressurgimento da Federação Russa na ordem global. Em conjunto com a comunidade de inteligência, o FSB mostrou-se fundamental no combate à guerra híbrida, empreendida pelas potências ocidentais na Ucrânia. Seguindo uma doutrina de ação já previamente estabelecida, o então governo incumbente, liderado por Viktor Yanukovich, foi derrubado em favor de uma nova administração, ideologicamente alinhada com os objetivos traçados pelos Estados Unidos e seus aliados na Europa. Buscando ampliar a “fronteira” do Ocidente com o território russo através de uma possível entrada da Ucrânia tanto na OTAN quanto na União Europeia, nota-se um esforço de isolar a Rússia política e militarmente para então conter suas aspirações geopolíticas na região. Assim, a atuação do FSB foi capaz de frear a expansão ao leste da OTAN através de um misto de operações de inteligência tradicionais, utilizando técnicas implementadas na guerra híbrida já empreendida pelo Ocidente — fragmentando o Estado e a sociedade ucraniana de forma a impedir sua entrada nas organizações citadas, assim garantido a continuidade do projeto russo de retomada de seu prestígio internacional.

Palavras-chave: Guerra Híbrida; FSB; Conflito Russo-Ucraniano.

Abstract

Hybrid warfare has gained increasing prominence as a diplomatic device of the great powers, a concept that this paper seeks to analyze in light of the role of the FSB, in the case of Ukraine. In this context, it is proposed to understand the idea of hybrid war and the “new” forms of intervention in international affairs to then present a historical recapitulation from the end of the Soviet Union to the resurgence of the Russian Federation in the global order. Together with the intelligence community, the FSB was instrumental in fighting the hybrid war waged by the Western powers in Ukraine. Following a previously established doctrine of action, the then incumbent government led by Viktor Yanukovich was overthrown in favor of a new administration, ideologically aligned with the goals set by the United States and its allies in Europe. Seeking to expand the “border” of the West with Russian territory through the possible entry of Ukraine into both NATO and the European Union, there is an effort to isolate Russia politically and militarily, so as to contain its geopolitical aspirations in the region. Thus, the FSB's role was able to curb NATO's eastward expansion through a mix of traditional intelligence operations, using techniques implemented in the hybrid warfare already waged by the West — fragmenting the Ukrainian state and society in order to prevent their entry in the aforementioned organizations, thus guaranteeing the continuity of the Russian project to regain its international prestige.

Key-Words: Hybrid Warfare; FSB; Russo-Ukrainian Conflict.

Introdução	10
A Guerra Híbrida e a “nova” forma de intervenção em assuntos internacionais	12
Do fim da União Soviética ao ressurgimento da Federação Russa na ordem global	16
A atuação do FSB na era Putin: O caso da Ucrânia	28
O conflito no leste da Ucrânia como um laboratório das Guerras Híbridas	28
O uso do FSB neste conflito	32
Resultados obtidos pelos russos no caso ucraniano	37
Considerações finais	42
REFERÊNCIAS	45

1. Introdução

A guerra híbrida, ainda que não seja um fenômeno recente, tem progressivamente ganhado primazia como dispositivo diplomático indispensável das grandes potências, em especial dos Estados Unidos, o principal instigador desse tipo de conflito no mundo atual. O advento da revolução informacional, o enfraquecimento do momento de unipolaridade vivido pelos EUA nos anos noventa e na primeira década do século XXI e mudanças no Sistema Internacional, que impõem custos elevados às tradicionais invasões militares, contribuíram para a popularização desse formato de conflito indireto. Marcadas por duas etapas distintas de “funcionamento”, as guerras híbridas têm mostrado seguir procedimentos padronizados. O primeiro é o estímulo e patrocínio a uma forma de “revolução colorida”, uma série de protestos civis, aparentemente descentralizados, mas que são alimentados de maneira ideológica e material por agentes estrangeiros, que visam a derrubada do governo alvo – é o golpe brando. Caso o golpe brando não seja suficiente, parte-se para o segundo estágio, o do golpe rígido, com a mobilização de grupos insurgentes paramilitares, também apoiados pelos mesmos operadores estrangeiros, e que em muitos casos acabam por levar o país alvo a um estado de guerra civil.

Faz-se necessário notar que a “exportação” da guerra híbrida segue uma lógica, a de levar para o entorno estratégico dos verdadeiros alvos as potências contestadoras da ordem liberal vigente, no caso Rússia e China, o caos e a instabilidade política. De forma a, a longo prazo, isolá-las politicamente no Sistema Internacional, substituindo governos aliados dos adversários por administrações mais simpáticas ao Ocidente. De modo que a popularização desta guerra indireta se apresenta como uma ameaça, não só às citadas potências emergentes, mas também para a soberania de quaisquer outras nações, que a qualquer momento podem cair vítimas de golpes de Estado.

O *Euromaidan* foi uma série de protestos pró-EU e pró-OTAN ocorridos na Ucrânia entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014, com extenso apoio ocidental e que levaram à queda do presidente ucraniano Viktor Yanukovich. Este não só é um exemplo concreto do emprego da guerra híbrida por parte das nações ocidentais em toda a sua extensão operacional, como também da grande estratégia de contenção de rivais geopolíticos, neste caso da Rússia – onde um governo, considerado demasiadamente pró-Moscou, fora desestabilizado de dentro para fora, com total apoio de países da União Europeia e dos Estados Unidos. Tal interferência, tão próxima de seu centro de poder, acabou por levar a uma

enérgica resposta do governo russo, com a anexação da península da Criméia e o apoio aos levantes de nacionais russos na região do Donbass, no leste da Ucrânia.

Ações que foram possíveis de serem realizadas devido uma articulação entre o departamento de inteligência das forças armadas, o GRU, e a principal agência da comunidade de inteligência russa, o FSB. Esse último considerado como o sucessor do antigo serviço de inteligência soviético, o KGB, e que durante os governos de Putin passou por um amplo fortalecimento institucional, tendo suas capacidades operacionais e legais expandidas. No âmbito do conflito ucraniano, ambas as agências de inteligência têm sido responsáveis pela infiltração de agentes em órgãos chave do governo, espionagem civil e militar, sabotagem, e assassinato de alvos de alto valor estratégico. Além de operações psicológicas e de propaganda, guerra cibernética e pela organização de instituições governamentais e serviços de segurança nos territórios controlados por rebeldes.

Destarte, os objetivos deste artigo são, primeiro, descrever os fundamentos da guerra híbrida empreendida pelos Estados Unidos e seus aliados na Ucrânia para reduzir a influência russa no país. E, segundo, compreender como a guerra híbrida patrocinada pelo Ocidente na Ucrânia induziu à reação russa, evidenciando sua operacionalização, e qual o papel da comunidade de inteligência, em especial a atuação do FSB, no combate à guerra híbrida.

Para atingir os objetivos traçados, foram usadas referências bibliográficas consideradas relevantes para o tema, declarações, documentos oficiais e leis, especialmente no que tange às duas primeiras partes do trabalho. Quanto à última parte, em função da essência das ações dos serviços secretos, do caráter histórico do conflito (ainda em curso) e de sua natureza altamente polarizada, o acesso às fontes tornou-se mais reduzido que nas partes anteriores, havendo menos recursos bibliográficos disponíveis. Para contornar essa limitação, foram mobilizadas, principalmente, notícias, reportagens e relatórios/estudos conduzidos por *think tanks* e empresas de consultoria especializadas, com destaque para os materiais produzidos pela *Jane 's Information Group*.

2. A Guerra Híbrida e a “nova” forma de intervenção em assuntos internacionais

O principal meio adotado pela política externa dos Estados Unidos, desde o início da década de 2010 – momento que marca um enfraquecimento relativo de sua unipolaridade incontestável dos anos 1990 –, tem sido o da guerra híbrida. Tipificada aqui como um tipo de confronto indireto, que visa a maximização do caos social e combina dois elementos chave em sua execução, o primeiro destes são as chamadas “revoluções coloridas” e o segundo é a “guerra não convencional”. As tais revoluções, por sua vez, consistem em manifestações populares organizadas de maneira aparentemente descentralizadas através das redes sociais e outros canais de comunicação difusos, reivindicando pautas abstratas como liberdade, democracia, felicidade, moralidade e combate à corrupção. Esses “protestos”, ou “revoluções”, como são comumente referenciados por fontes midiáticas externas, são minuciosamente planejados, estruturados e executados pelos serviços de inteligência. Sendo suas principais ferramentas: o uso da propaganda política e de operações psicológicas, que almejam a polarização e a desestabilização política dentro do país alvo. Em última instância, esses movimentos funcionam como um vetor de mudança de regime, uma espécie de “golpe brando” (KORYBKO, 2018)¹.

O segundo elemento da guerra híbrida, a “guerra não convencional”, é uma forma de confronto armado no qual os combatentes são forças não regulares, ou seja, grupos paramilitares insurgentes, que contam com extenso suporte material, logístico e, em alguns casos, até mesmo operacional, por parte das forças regulares estrangeiras patrocinadoras da sublevação. A guerra não convencional é o segundo passo da guerra híbrida, executada somente quando a revolução colorida não é capaz de atingir seu objetivo final de destituir o governo incumbente e estabelecer uma nova administração mais favorável, essa segunda fase é o “golpe rígido” (KORYBKO, 2018).

Essa transição da política externa dos EUA, deixando as tradicionais intervenções diretas em terras estrangeiras com uso de forças militares regulares para uma abordagem indireta de fomento de caos político e social nos Estados alvos, deu-se por uma série de considerações geopolíticas e estratégicas, dentre as quais, o enfraquecimento do momento de unipolaridade americana e a ascensão de potências antagônicas às ações americanas, além do menor custo político e econômico em armar um golpe de Estado de dentro para fora em comparação com a invasão e ocupação de uma nação, como as recentes experiências

¹ A definição de guerra híbrida adotada aqui é a de Korybko, presente na obra “Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes” (2018). Existem outras abordagens conceituais a respeito do tema, mas consideramos que a explicação do autor mencionado é historicamente contextualizada e possui atualidade conjuntural.

fracassadas dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque indicam. De forma que o modelo de guerra indireto acaba sendo, como indicado por Sun Tzu em *A Arte da Guerra*, mais eficiente e, portanto, preferível ao embate de forças tradicionais: “(...) lutar e vencer todas as suas batalhas não é mérito supremo. O mérito supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar” (GILES, 1910; KORYBKO, 2018).

O primeiro estágio do processo de troca de regime, a revolução colorida, é amparado primeiramente pela fabricação de consenso no país alvo, uma vez que os arquitetos do golpe necessitam difundir sua mensagem em meio a essa população, seja esta um segmento específico ou à população como um todo. E, assim, o fazem baseando-se em estudos da psicologia das massas, que indicam o comportamento diferente assumido por pessoas quando em grupos, em relação aos seus modos habituais enquanto indivíduos. Por consequência dessa diferenciação comportamental, um grande coletivo de pessoas pode, portanto, ser manipulado se forem corretamente estimulados por meios externos. Com a mídia tradicional, as redes sociais e o círculo ao qual cada indivíduo pertence, acabam por se mobilizar ativamente em prol dos objetivos dos organizadores da campanha de propaganda, no contexto em questão, para se revoltarem contra o governo de seu país (BERNAYS, 1969; KORYBKO, 2018).

Esse novo “consenso”, cuidadosamente fabricado, ao ser implantado na sociedade alvo, espalha-se por ela como um vírus, através de diferentes redes de contatos, que são estabelecidas entre os agentes provocadores e seus ativos. Com esses podendo ser simpatizantes das bandeiras levantadas pela “revolução” e/ou dissidentes do governo e os ativos, por sua vez, podendo ou não ter ciência que estão a cooperar com serviços secretos estrangeiros (ARQUILLA; RONFELDT, 1996).

Essas pessoas então se tornam “nós de ponto de contato”, designados a estabelecerem suas próprias redes de maneira independente. Essa descentralização operacional não só dificulta a vinculação do movimento a algum ator estrangeiro, uma vez que quanto mais desenvolvidas estão essas redes de contatos, mais afastadas elas encontram-se de sua fonte primária, além de darem ao movimento uma aparência de “espontaneidade”, “desvinculação com partidos políticos e ideologias” e de carecerem de uma “liderança clara”, o que acaba por legitimar o movimento e angariar mais apoio, tanto internamente quanto no exterior (ARQUILLA; RONFELDT, 1996).

Caso a revolução colorida não seja capaz de enfraquecer o poder político do governo o suficiente para levá-lo à derrocada, inicia-se o segundo estágio da guerra híbrida, a “guerra não convencional” – uma forma de conflito armado que visa dismantelar a ordem pública vigente e derrubar definitivamente um governo, usando de forças clandestinas, movimentos

de guerrilha, insurgência ou forças paramilitares. O emprego desses grupos armados desvinculados do Estado, ou seja, não convencionais, são *de facto* como uma continuação direta da revolução colorida, uma vez que seus processos de articulação e formação não se dão de maneira espontânea (PETIT, 2012).

Como no caso dos protestos que os precedem, estes bandos surgem do conflito social gerado pela própria “revolução” e devem, portanto, atuar como um multiplicador de forças desestabilizadoras. Em última instância estes movimentos armados também são cuidadosamente pensados e abastecidos de recursos pelos patrocinadores externos do golpe (PETIT, 2012).

A combinação, e eventual aplicação, das revoluções coloridas e das guerras não convencionais tornam os novos conflitos mais fluidos, descentralizados e assimétricos do que seus antecessores. Além disso, focalizam na atuação de atores desvinculados do Estado, na guerra de informações (potencializada no pós-Guerra Fria com o advento da internet) e em operações psicológicas, visando enfraquecer o apoio popular ao governo local e minar as estruturas sociais do país alvo, levando, em última instância, à total descredibilização das instituições nacionais e a maximização do caos social (LIND *et al.*, 1989).

Assim, é construído um cenário no qual inevitavelmente são enfraquecidas as tradicionais distinções entre “civis” e “militares”, entre “combatentes” e “não combatentes”. Isto porque há o uso de “civis” (atores não vinculados oficialmente a um Estado) como forças de apoio às operações militares no decorrer do processo de derrubada do governo, sendo que estas práticas têm se tornado cada vez mais comuns. Neste novo contexto de guerra as notícias transmitidas, através dos meios de comunicação tradicionais ou das mídias sociais, tornam-se mais importantes do que as clássicas divisões armadas de outrora (LIND *et al.*, 1989).

A execução da estratégia estadunidense de guerra híbrida na Eurásia abrange tanto os atores geoestratégicos – Estados que têm a capacidade e a vontade política de exercerem influência além de suas fronteiras, portanto, capazes de alterar em alguma capacidade o cenário geopolítico da Eurásia – quanto aos chamados pivôs geoestratégicos, nações cuja importância no jogo de xadrez eurasiático dá-se não pelo poder que estas emanam ou por anseios políticos por grandeza nacional, mas em função de suas posições geográficas importantes e pelas consequências de suas condições de potencial fraqueza frente às ações dos atores geoestratégicos (BRZEZINSKI, 2016).

Um dos principais alvos dos Estados Unidos no continente da Eurásia é, sem dúvida, a Federação Russa, a nação transcontinental que herdou boa parte do território e das

capacidades da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A aplicação da guerra híbrida patrocinada pelos norte-americanos contra a Rússia baseia-se principalmente em duas teorias geopolíticas: a do Prometeísmo e a dos Balcãs Euroasiáticos (KORYBKO, 2018).

A primeira dessas teorias foi formulada pelo político e comandante militar polonês Józef Piłsudski, a qual pregava que os cidadãos soviéticos de etnias diferentes da russa poderiam ser induzidos por outras nações a aderirem às insurreições contra o governo central em Moscou. Apesar de a Polônia não ter sido capaz de executar a teoria do Prometeísmo, esta foi, sem dúvida, uma teoria precursora da destabilização estratégica periférica (KORYBKO, 2018).

A segunda teoria foi proposta por Zbigniew Brzezinski, compatriota de Józef Piłsudski e ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos durante a administração Carter. Essa teoria, elaborada após a dissolução da União Soviética, expandiu o conceito de *shatterbelts*² para englobar as recém-independentes repúblicas da Ásia Central, outrora integrantes da União Soviética e do Império Russo, posteriormente ampliada para englobar também as regiões europeias adjacentes à Rússia, como as três repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), Belarus e, a mais importante de todas, a Ucrânia. É principalmente nestes territórios pós-soviéticos em que toda a extensão da guerra híbrida travada pelos EUA contra a Rússia pode ser analisada (KORYBKO, 2018).

O objetivo final norte-americano é levar para as novas fronteiras da Rússia instabilidade política, de forma a enfraquecer o centro de poder russo, impedindo o restabelecimento da Federação Russa como uma grande potência e assegurar a continuidade da hegemonia americana. Sobre esse ponto, com a retomada atual do projeto nacional russo, é fundamental uma explicação sobre a evolução histórica recente do país, do fim da Guerra Fria ao governo de Vladimir Putin (KORYBKO, 2018).

² Uma grande região composta por vários Estados em conflito e que por causa de suas importâncias para as grandes potências veem-se presos nos embates de interesses destas

3. Do fim da União Soviética ao ressurgimento da Federação Russa na ordem global

O fim da União Soviética deu-se, simbolicamente na noite de 25 de dezembro de 1991, com a renúncia de seu então presidente³ Mikhail Gorbatchov, através da assinatura do Decreto Presidencial nº 3162, fato oficialmente consumado um dia depois, no ato de Declaração nº 142, do Conselho das Repúblicas do Soviete Supremo da URSS. Por meio do qual a União Soviética foi legalmente dissolvida como um sujeito internacional e foram reconhecidas as independências das repúblicas que a compunham: Ucrânia, Belarus, Moldávia, Armênia, Quirguistão, Turcomenistão, Azerbaijão, Uzbequistão, Geórgia, Cazaquistão, Tadjiquistão e da Federação Russa. Além disso, foi criada a Comunidade de Estados Independentes (CEI) (UNIÃO SOVIÉTICA, 1991; UNIÃO SOVIÉTICA, 1991).

Os fatores que levaram à dissolução da União Soviética e ao conseqüente fim da Guerra Fria estão diretamente ligados à gestão de Mikhail Gorbatchov e às suas decisões sobre a política econômica, doméstica e externa (BHATTACHARYYA, 2020).

No âmbito econômico, a principal política adotada fora a da *Perestroika*⁴, que visava liberalizar e desregular a economia planificada soviética, através de medidas que descentralizaram a cadeia de comando produtiva. Estas deveriam, ao menos em teoria, dinamizar o sistema econômico, flexibilizando a estrutura produtiva e desindexando os preços dos bens de consumo na economia, como forma de, teoricamente, aumentar a produtividade, tornando-a mais dinâmica e retomando o crescimento econômico (SEGRILLO, 2012).

Quanto à política doméstica, a principal medida adotada fora a da *Glasnost*⁵, cujo objetivo era o de modificar o sistema político soviético, introduzindo medidas politicamente “liberalizantes”, tais como a desregulação da mídia, o direito à manifestação e o fim do unipartidarismo, de maneira a dar uma “nova legitimidade” ao regime socialista (BHATTACHARYYA, 2020).

Por sua vez, a política externa do período Gorbatchov fora fortemente marcada por um movimento de acomodação das tensões com o Ocidente e de fortes concessões unilaterais de Moscou para com o bloco norte-americano, dentre as quais, a retirada imediata das tropas soviéticas no Afeganistão, a dissolução do Pacto de Varsóvia, a incorporação da República Democrática Alemã pela República Federal da Alemanha (como um país membro da OTAN) e a não intervenção nos processos de queda dos regimes socialistas (BHATTACHARYYA, 2020).

³ O cargo de Presidente da União Soviética foi criado em 1990, com a lei nº 1360 (UNIÃO SOVIÉTICA, 1990)

⁴ *Перестройка* - Reconstrução

⁵ *Гласность* - Abertura ou transparência

Gorbatchov usou essas medidas, especialmente nos âmbitos da política externa e doméstica, como forma de enfraquecer a oposição interna do partido, especialmente entre os egressos dos serviços militares e de segurança. À medida que sua posição de poder se consolidava dentro do partido, politicamente Gorbatchov sustentava-se nas promessas de retorno ao crescimento econômico e de melhora nas condições de vida da população (BHATTACHARYYA, 2020).

A racionalização para a adoção dessas reformas estava ligada à piora constante, a partir de meados dos anos 1970, dos índices macroeconômicos soviéticos, em especial a incapacidade da URSS de manter uma paridade militar assimétrica com os EUA (SEGRILLO, 1999).

As medidas econômicas adotadas não foram capazes de entregar as promessas feitas à população e as concessões no âmbito da política externa não conseguiram reverter a mentalidade de desconfiança irreconciliável dos norte-americanos para com os soviéticos, de forma que tais “políticas liberalizantes” da *Glasnost* serviram apenas como um dispositivo de enfraquecimento institucional da União Soviética. Com esta tornando-se suscetível a ações de desestabilização levadas a cabo por serviços de inteligência ocidentais, que visavam a desintegração total do país, via um aumento nos movimentos nacionalistas domésticos (WALTHER, 2014; BRZEZINSKI, 2016; BHATTACHARYYA, 2020).

Em agosto de 1991, às vésperas da assinatura do novo Tratado da União, membros do alto escalão do KGB, com apoio de parte das Forças Armadas e de políticos do Partido Comunista, tentaram forçar a renúncia do presidente. Mantendo-o sob prisão domiciliar na Crimeia, os oficiais revoltosos instituíram um governo de emergência, que deveria liderar o país provisoriamente e reverter as políticas de Gorbatchov. Estes foram motivados pela desconfiança na capacidade de Gorbatchov em manter a existência da União Soviética e do sistema socialista (GAIDAR, 2007; SEGRILLO, 2012; WALTHER, 2014).

O fracasso do movimento que veio a ser conhecido como o *putsch* de Moscou levou à manutenção de Mikhail Gorbatchov na presidência da URSS, ainda que politicamente desmoralizado e com poderes limitados, enquanto importantes instituições soviéticas viram-se completamente desmoralizadas frente à opinião pública. Devido a isso, uma reestruturação foi promovida, havendo a dissolução do KGB em função do papel central que ele buscava exercer e uma completa reorganização da comunidade de inteligência. Já as Forças Armadas, o Ministério do Interior e o PCUS continuaram a existir até o final da URSS, porém o envolvimento de setores importantes dessas organizações acabou inviabilizando politicamente a continuidade da própria união a longo prazo (GAIDAR, 2007).

Em dezembro do mesmo ano, fortalecidos pelo papel protagonista que tiveram nos eventos de agosto, os presidentes Boris Ieltsin, Rússia, Leonid Kravchuk, da Ucrânia e Stanislav Shushkevich, de Belarus, assinaram em caráter extraoficial os Acordos de Belovezha. Tais compromissos marcavam o derradeiro fim da URSS, com a saída das principais repúblicas, contrariando o referendo de março do mesmo ano, em que os cidadãos votaram pela manutenção da união entre as repúblicas (GAIDAR, 2007).

Os Acordos de Belovezha foram formalmente adotados pelo Conselho das Repúblicas do Soviete Supremo da URSS em 26 de dezembro, encerrando a existência da União Soviética e garantindo a independência das repúblicas constituintes (GAIDAR, 2007).

As nações ocidentais não se opuseram nem denunciaram o caráter inconstitucional do processo de transferência de poder que ocorreu no final de 1991 e as autoridades soviéticas tiveram pouca ou nenhuma vontade política em reverter o processo. O reconhecimento das independências das ex-repúblicas soviéticas e, principalmente, do governo de Boris Ieltsin na Federação Russa foi dado de maneira rápida, por ser conveniente por boa parte da comunidade internacional, vindo especialmente rápido dos países do bloco americano, que viam favoravelmente a queda de seu principal rival geopolítico e a agenda pró-Occidente de Ieltsin na nova Federação Russa (BHATTACHARYYA, 2020).

Sob o governo de Ieltsin, a influência russa no exterior rapidamente deteriorou-se, com a perda do seu status como grande potência, por causa da redução dramática de sua esfera de influência e seu enfraquecimento militar, materializado com as perdas das importantes bases navais de Riga e Tallinn no Mar Báltico (sob o controle russo desde o século XVIII), da Criméia no Mar Negro (além da Ucrânia como um todo). Adiciona-se a isso o fim do Pacto de Varsóvia, que permitiu que as antigas nações socialistas da Europa Central passassem a gravitar em torno da União Europeia e da OTAN (BRZEZINSKI, 2016).

Logo, a década de 1990 trouxe uma nova, e dura, realidade para a Rússia, pois política e economicamente o país ficou devastado após a tumultuada transição que a originou. E também porque todos os compromissos financeiros firmados pela extinta União Soviética foram herdados, já que o novo Estado era o sucessor direto da URSS. Isso acabou por colocar a nascente Federação Russa em uma situação econômica bem mais complicada que a das demais ex-repúblicas soviéticas (BHATTACHARYYA, 2020).

Como resposta para a situação econômica, o novo presidente russo, Boris Ieltsin, adotou a chamada “Terapia de Choque”, na qual uma rápida e completa mudança da estrutura econômica é realizada através de uma literal “tomada de assalto” do Estado por setores ligados ao grande capital, via desregulação econômica, privatizações em massa, cortes

generalizados em programas sociais e em outros gastos governamentais, sendo tal teoria extremamente popular entre os ciclos de economistas ortodoxos (dentre os quais Milton Friedman e seus *Chicago Boys*⁶) e pelo FMI (KLEIN, 2007).

O modelo econômico desenhado para a nascente (e economicamente enfraquecida) Federação Russa foi similar ao adotado pela Bolívia, após sua transição para a democracia, o de desmonte completo do Estado e de suas capacidades, contando com privatizações de todos os ativos nacionais, incluindo as aproximadamente duzentas e vinte cinco mil companhias estatais e os abundantes recursos energéticos, a desregulação completa dos preços e um corte profundo nos investimentos sociais, programas de auxílio do governo e na área de defesa nacional, visando a “estabilização fiscal” (KLEIN, 2007).

O resultado das medidas adotadas por Ieltsin, porém, foram na completa contramão do prometido pelo presidente e pelo seu time de *Chicago Boys*. A economia real sofreu severas contrações ao longo de toda a década de 1990, com o PIB russo tendo encolhido mais do que o norte-americano, no mesmo período, durante a Grande Depressão (SEGRILLO, 2012).

A desindexação dos preços e o fim do planejamento econômico central geraram uma rápida disparada nos valores dos bens de consumo, levando a uma queda acentuada do poder de compra real da população e ao aumento dos índices de pobreza e desigualdade. Ainda assim, apesar de todos os efeitos adversos que as medidas causaram na sociedade e economia real, Ieltsin e sua equipe econômica continuaram a executar livremente a “Terapia de Choque”. Enquanto todos os indicadores sociais e macroeconômicos despencavam e um restrito grupo de oligarcas e investidores estrangeiros enriqueciam em ritmos avassaladores, o poder militar russo também afundava, vítima das restrições orçamentárias impostas (SEGRILLO, 2012; BHATTACHARYYA, 2020).

Dessa forma, a Rússia adentrou o Sistema Internacional como uma nação militarmente muito mais enfraquecida que sua predecessora, a União Soviética. Ainda que a maior parte do arsenal nuclear soviético tenha sido herdado pela Rússia, um resultado do Memorando de Budapeste, o poder e as capacidades russas eram uma fração dos da URSS. A transferência do arsenal nuclear soviético deu-se, pois, durante sua existência, os armamentos nucleares estavam espalhados estrategicamente pelas repúblicas constituintes, da Ucrânia, Belarus e Cazaquistão, além da própria Rússia. Porém, com o fim da nação socialista, as novas repúblicas passaram a ter o controle físico do arsenal, entretanto o controle operacional de

⁶ Grupo de assessores econômicos do ditador chileno, General Augusto Pinochet Ugarte

todo o armamento nuclear estava com a Rússia, que havia assumido o Sistema de Comando e Controle Eletrônico (BHATTACHARYYA, 2020).

Já com relação às forças convencionais, terrestres, navais e aeroespaciais, os acordos firmados foram diferentes, e estes explicam, em boa medida, o enfraquecimento do poder militar russo. A distribuição das forças, equipamentos e demais ativos militares, deram-se baseados na sua localização geográfica no momento da dissolução da União Soviética. Como resultado dessa divisão das capacidades militares soviéticas, a Rússia tinha em suas Forças Armadas um efetivo um terço menor e quarenta por cento a menos de equipamento militar que a União Soviética no momento de sua dissolução. Entre os principais ativos perdidos pela Rússia estava o porto de Sevastopol na Criméia, que era o principal porto da Frota do Mar Negro. Além dos portos de Odessa e Nikolayev, também na Ucrânia, que abrigavam duas das principais docas secas e estaleiros da União Soviética, capacitados para construção de porta-aviões (BHATTACHARYYA, 2020).

Além das perdas militares, geopoliticamente o fim abrupto da União Soviética simbolizou para a sociedade russa, especialmente para os setores da defesa nacional, a queda do status russo no Sistema Internacional, com estes não mais sendo uma superpotência. Com esfacelamento do império transcontinental, as fronteiras do país encontravam-se revertidas, no Cáucaso para onde estas estavam no início do século XIX, na Ásia Central para meados do século XIX e, mais importante, a fronteira ocidental da Rússia havia regressado para o estágio em que se encontrava no século XVII, no reinado de Ivan IV. Tais perdas geraram um forte impacto no ideal russo de uma nação imperial euroasiática. Em questão de poucos dias, territórios que foram governados por séculos pelo Império Russo, e por setenta e cinco anos pela União Soviética, agora se encontravam independentes. Esses novos países estavam agora suscetíveis à influência de poderes estrangeiros e abrigavam cerca de vinte milhões de russos étnicos que, em decorrência do abrupto fim da União Soviética, encontravam-se fora das fronteiras de seu novo Estado nacional e sob o domínio de elites políticas estrangeiras crescentemente mais nacionalistas (BRZEZINSKI, 2016).

Em meio a esse cenário combinado de caos político, social e econômico, de enfraquecimento militar e geopolítico, uma das repúblicas constituintes da Federação Russa, a majoritariamente muçulmana Chechênia, declarou unilateralmente sua independência. Essa ação por parte dos chechenos levou a uma precipitada e mal calculada resposta militar russa, capitaneada pelo então ministro da defesa, Aleksandr Lebed, que esperava encontrar pouca ou nenhuma resistência local (KLEIN, 2007; BAEV, 2018).

A experiência da Federação Russa com a Primeira Guerra da Chechênia (1994-1996) fora amarga e, ainda que os russos tenham sido capazes de tomar a capital chechena, Grozny, no final de 1994, as tropas de Moscou nunca foram capazes de efetivamente dominar as regiões montanhosas ao sul e desmantelar as guerrilhas locais (KRAMER, 2005).

Como resultado deste impasse, e da impopularidade que a guerra acarretou entre a população russa, após as eleições de 1996, que Ieltsin ganhou de maneira controversa e fortemente apoiado pelos oligarcas que controlavam a mídia russa, um cessar-fogo fora assinado na cidade de Khasavyurt, no Daguestão. Esse armistício fora transformado posteriormente num acordo de paz, que determinava a retirada de tropas russas da Chechênia e concedia *de facto* independência para a república, com as partes devendo resolver definitivamente a questão no ano de 2001 (KRAMER, 2005; KLEIN, 2007; SEGRILLO, 2012).

Porém, como resultado direto da guerra na Chechênia, a infraestrutura fora completamente obliterada, os serviços básicos eram inexistentes e, principalmente, não havia ordem pública. Devido ao uso de grupos guerrilheiros e paramilitares independentes do governo checheno como estratégia defensiva, mesmo com a paz formalmente obtida, essas facções recusaram-se a baixar as armas e aceitar a autoridade central de Grozny (KRAMER, 2005).

Durante o período entre a Primeira e a Segunda Guerra da Chechênia, de setembro de 1996 a setembro de 1999, a situação na república era fortemente marcada por episódios de violência política entre as milícias, controladas por diferentes senhores da guerra, com o presidente eleito, Aslan Maskhadov, tendo pouco controle sobre os diferentes grupos que operavam em território checheno e também não possuindo os recursos materiais para enfrentá-los. No verão de 1999, o principal rival de Maskhadov na Chechênia, Shamil Basayev, lançou um ataque com dois mil homens sob seu comando, contra o Daguestão, uma república constituinte da Federação Russa. O objetivo era estabelecer um califado islâmico na região montanhosa do Cáucaso Norte, onde, durante a expansão do Império Russo na primeira metade do século XIX, o líder local Imam Shamil liderou a resistência contra o avanço tsarista (KRAMER, 2005; BAEV, 2018).

A escalada da violência para fora das fronteiras da Chechênia somada à crise política e econômica que a Rússia vivia levou o presidente Ieltsin a nomear como Primeiro Ministro em agosto de 1999, o diretor geral do FSB, o até então desconhecido do público geral, coronel do antigo KGB, Vladimir Vladimirovich Putin. Com essa nomeação, Ieltsin procurava passar a ideia de “dureza” no combate aos “inimigos do Estado” e indicava uma vitória da facção dos

*siloviki*⁷, tradicionalmente mais nacionalista, sobre a facção dos reformistas liberais pró-Occidente (SEGRILLO, 2012; BHATTACHARYYA, 2020).

Com a substituição desse grupo no poder, ocorreram significativas mudanças na condução da política externa russa, até então predominantemente pró-Occidente e encabeçada principalmente pelo ministro das relações exteriores, Andrei Kozyrev, principal líder dos “Integracionistas” – grupo de pensadores, acadêmicos e políticos que defendiam a integração da Federação Russa junto ao Occidente, visto como o ápice do desenvolvimento civilizacional, seguindo os preceitos de uma já existente escola de pensamento na política externa russa, que data do reinado de Pedro I, o Grande (TSYGANKOV, 2005).

Em contrapartida, Putin – por sua formação profissional como oficial do KGB – apresentava uma visão mais pragmática, autonomista e menos ideologizada de como a Rússia deveria se portar no novo cenário internacional do pós-Guerra Fria do que em relação a seus predecessores Integracionistas. Fruto direto da década perdida russa, esse novo governo é a epítome moderna da *realpolitik*, isto é, a aplicação irrestrita do pragmatismo político e do abandono de “projetos messiânicos” baseados em considerações ideológicas, como os de expansão da revolução socialista, encabeçada pela União Soviética, ou da (re)construção de um império transcontinental eurasiático, posição defendida por certos setores da academia e da política nacional russa, os chamados “neo-Eurasianistas”, em especial pelo filósofo e cientista político, Alexander Dugin (MOROZOVA, 2009; REALPOLITIK, 2021).

À vista disso, a estratégia adotada fora uma de acomodação e de tentativa de normalização de relações com o Occidente, porém sem fazer concessões desmedidas, como haviam sido feitas anteriormente, reconhecendo, assim, a importância da manutenção do status de grande potência da Rússia, para garantir a continuidade de sua integridade territorial (TSYGANKOV, 2005).

Dentre os pontos de contato estabelecidos pela Federação Russa com o Occidente, estavam programas de cooperação nas áreas de contraterrorismo – com foco especial para o compartilhamento de atividades de inteligência –, projetos no setor energético, controle de armas nucleares, além da aceitação russa do aumento da presença militar ocidental no espaço pós-soviético, em especial na Ásia Central. Por sua vez, as medidas tomadas que visavam o retorno da Rússia ao status de grande potência incluíam uma reestruturação nas forças armadas e nos serviços de inteligência, em especial no FSB, ampliando legal, material e operacionalmente o escopo da agência. Além da reestruturação da comunidade de inteligência

⁷ *Силовики* - jargão político usado na Rússia para designar políticos egressos dos serviços militares, policiais e, principalmente, da comunidade de inteligência

e de seu poderio militar convencional, ações visando a ampliação do *soft power* russo no espaço pós-soviético também foram tomadas (TSYGANKOV, 2005; WALTHER 2014).

O processo de ampliação deste *soft power* foi executado através do fortalecimento de mecanismos informais de cooperação, fora do âmbito da inoperante Comunidade de Estados Independentes, com foco principalmente nas áreas econômica, cultural – uma vez que vinte milhões de russos étnicos habitavam outras nações da antiga URSS – e de segurança (TSYGANKOV, 2005).

No âmbito econômico, acordos de livre comércio foram feitos entre a Rússia, Ucrânia, Belarus e o Cazaquistão, visando a eliminação de barreiras tarifárias e a formação conjunta de políticas para a área de fornecimento energético. Além destes, outros acordos para a aquisição de ativos estratégicos foram negociados de maneira bilateral entre o Kremlin e as outras ex-repúblicas soviéticas. Como exemplo, tem-se a concessão do direito de distribuição de energia elétrica na Geórgia por estatais russas do ramo e a aquisição de uma estação de energia nuclear na Armênia, um acordo de fornecimento de cerca de um terço da energia elétrica utilizada em Belarus, a venda para companhias russas de parte da infraestrutura de entrega de gás natural na Ucrânia e, o mais importante destes, a garantia de exclusividade de exploração das reservas de gás natural do Turcomenistão pela Rússia (TSYGANKOV, 2005).

Com relação à área de segurança, o ponto focal fora o do contraterrorismo e a manutenção da segurança nacional, em especial na Ásia Central. A principal medida realizada nesse sentido foi a expansão do grupo dos Cinco de Xangai para a OCX. Uma organização política, econômica e aliança militar fundada por Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão (os cinco membros originais) e o Uzbequistão (TSYGANKOV, 2005).

A solidificação dessa aliança permitiu a manutenção e expansão das capacidades militares russas pelos países da antiga União Soviética, com o estabelecimento de uma base aérea no Quirguistão e de uma base do exército no Tadjiquistão; a permissão para o uso da base naval de Sevastopol, então na Ucrânia, do cosmódromo de Baikonur e de um campo de teste de mísseis, ambos no Cazaquistão; a instalação e operação de um complexo de radares militares no Tadjiquistão; além da expansão da Frota do Mar Cáspio (TSYGANKOV, 2005).

Por fim, houve uma completa reorganização da comunidade de inteligência, com um amplo fortalecimento institucional, principalmente, do FSB, com o serviço de segurança ganhando poderes para investigar e coibir quaisquer atividades estrangeiras consideradas como subversivas. Para mais, vários de seus ex-membros, previamente ligados e leais a Putin, foram alocados para várias posições no governo e na administração pública (WALTHER 2014).

A existência no corpo governamental russo de algum tipo de serviço de inteligência ou de polícia especial é historicamente consolidada e independente das variações na forma de governo que existiram nesta nação, datando dos tempos medievais do Tsarado da Rússia (1547-1721) com a *Oprichnina*⁸ – no reinado de Ivan IV –, sendo essa remodelada por cada sucessivo monarca ao longo dos séculos, de acordo com seu desejo e necessidade; com tal prática, de constante reestruturação dos serviços de inteligência, adentrando o período imperial, dos séculos XVIII a XX, permanecendo presente inclusive durante boa parte dos setenta e cinco anos do regime soviético, com constantes modificações e reformas nas estruturas legais e operacionais destes, até a sua consolidação definitiva, como KGB, em 1953, sendo deste último momento histórico, que deriva da linhagem direta dos atuais serviços de inteligência russos; com a atual comunidade de inteligência da Rússia tendo sido originada de dois processos, da dissolução do KGB, após o envolvimento de seu alto escalão na tentativa de derrubada do presidente soviético em agosto de 1991 e do final da própria URSS alguns meses depois, nos últimos dias de dezembro de 1991 (ADAM, 2011; BATEMAN, 2016).

Sob o governo de Boris Ieltsin, uma nova abordagem na estruturação dos serviços de inteligência foi adotada, em oposição ao modelo soviético. Houve uma descentralização das funções que outrora eram exercidas pelo antigo KGB, de modo que estas foram espalhadas entre diferentes agências. O Primeiro Diretório-Chefe do KGB, responsável pelas atividades de inteligência no exterior, foi transformado no SVR. O diretório responsável pela parte de inteligência eletrônica e inteligência de sinais tornou-se a FAPSI. A função de garantir a segurança pessoal de políticos importantes (como o presidente e ministros de Estado) ficou a cargo do FSO. O controle das fronteiras ficou sob a responsabilidade do FPS. Por fim, a administração de bases e outras instalações militares especiais e a execução, tanto do preparo para mobilização nacional quanto da mobilização nacional em si, ficaram a cargo do GUSP (SOLDATOV; BOROCHAN, 2010; ADAM, 2011; RÚSSIA, 2019).

Por sua vez, o maior dos diretórios do antigo KGB, responsável pela segurança interna, política e, principalmente, pela contra inteligência, foi submetido a uma série de transformações entre 1991 e 1995, quando assumiu sua forma atual (RÚSSIA, 2021).

A primeira destas fora o Ministério da Segurança, formado em 24 de janeiro de 1993, por decreto presidencial de Boris Ieltsin. Em 21 de dezembro de 1993, como decorrência da Crise Constitucional, o Ministério da Segurança fora completamente reorganizado no FSK. O

⁸ *Опричнина* - “exceção a” ou “aparte de”

novo Serviço Federal de Contra Inteligência teve, porém, uma breve existência, sendo novamente reorganizado em 3 de abril de 1995, assumindo sua forma atual como Serviço Federal de Segurança. As condições que levaram à transformação da agência estão diretamente ligadas à desastrosa campanha russa durante a Primeira Guerra da Chechênia (SOLDATOV; BOROCHAN, 2010; RÚSSIA, 2019; RÚSSIA, 2021).

Dois dos principais eventos que levaram à mudança foram, em primeiro lugar, uma desastrosa operação militar, planejada e coordenada pelo FSK e executada pelo Exército, onde três colunas de carros de combate, sem identificação e passando-se por forças locais pró-Moscou, deveriam tomar a capital da Chechênia, e forçar a capitulação de seu então líder, Dzhokhar Dudayev. Porém, devido a um erro de planejamento por parte do FSK, as tropas russas foram instruídas a não esperarem encontrar resistência por parte dos chechenos, não estando preparadas efetivamente para o combate que se sucedeu em Grozny (SOLDATOV; BOROCHAN, 2010).

O segundo evento foi a tomada de um hospital na cidade de Budennovsk, onde por cinco dias o guerrilheiro Shamil Basayev manteve entre mil e quinhentas e duas mil pessoas, em sua maioria civis, como reféns dentro do hospital da cidade, que havia sido fortificado pelos guerrilheiros. A força tarefa mobilizada pelos russos, que contava com as tropas do Ministério do Interior e as forças especiais do FSK, não foi capaz de resolver a situação de maneira favorável para Moscou (SOLDATOV; BOROCHAN, 2010).

As repetidas tentativas de recuperação do prédio falharam, por não serem capazes de romper com as linhas defensivas estabelecidas pelos chechenos, barricados dentro do hospital. Basayev e seus homens foram capazes de escapar dos russos e, devido ao alto número de mortes entre os reféns somado ao impacto midiático negativo da operação e do conflito como um todo, um cessar-fogo fora convocado em abril de 1996. Assinado na cidade daghestani de Khasavyurt, em agosto do mesmo ano e posteriormente ratificado – em maio de 1997 – como um tratado formal de paz. As exigências chechenas foram, em boa parte, atendidas pelos russos (SOLDATOV; BOROCHAN, 2010).

Com a ascensão de Putin à presidência da Federação Russa, primeiramente de forma provisória entre janeiro e março de 2000, seguindo a renúncia de Ieltsin em 31 de dezembro de 1999, e posteriormente de forma definitiva, após sua primeira eleição em março daquele ano, o FSB passou por um processo de fortalecimento institucional. No ano de 2003, após garantir amplo apoio popular e político, Putin reorganizou completamente as estruturas da comunidade de inteligência russa, colocando no centro desse processo o FSB, considerado

pelo presidente como um ativo essencial em sua política externa de assegurar a posição russa como uma potência mundial (ADAM, 2011).

A FAPSI, que durante a década de 1990 gozou de amplo prestígio e poderes dentro da estrutura governamental russa rivalizando com o FSB a primazia sobre questões de segurança interna e contra inteligência, fora extinta. Sendo absorvida em sua quase totalidade pelo próprio FSB, que passou a cuidar não só da parte de inteligência eletrônica e de sinais no território da Federação Russa, mas também no exterior. O FPS também fora extinto como uma agência independente, sendo completamente incorporado aos quadros do FSB, enquanto o Ministério do Interior, apesar de não ter sido formalmente incorporado, passou a ter em seus postos-chave oficiais oriundos da inteligência (ADAM, 2011).

Essa ampliação dos quadros do FSB indicou um aumento na integração vertical entre os componentes da inteligência e da segurança pública, uma vez que este serviço cada vez mais ganhava prerrogativas de força policial em conjunto com a manutenção de suas funções tradicionais. Dentre as novas vertentes adquiridas, estão o combate ao crime organizado, à corrupção e, mais importante, ao terrorismo (ADAM, 2011).

O fim das operações militares na Segunda Guerra da Chechênia se deu em maio de 2000, com o estabelecimento de Akhmad Kadyrov, um líder local pró-Moscou, como chefe da República da Chechênia. A partir deste ponto, a coordenação e execução de ações russas em territórios sensíveis do Cáucaso russo passaram do controle das Forças Armadas para a alçada do FSB (BAEV, 2018).

Conforme apontado por Baev (2018), em 2006, a legislação russa acerca do terrorismo fora substancialmente modificada, apresentando uma nova definição para o fenômeno, onde este poderá ser combatido – o que inclui territórios estrangeiros à Federação Russa – e quem deverá o fazer. Desta forma, o Serviço Federal de Segurança ganhou um importante amparo jurídico, podendo executar operações de combate ao terrorismo além das fronteiras russas.

A nova definição foi detalhada no Artigo 3, inciso 1, como:

- 1) Terrorismo é a ideologia da violência e a prática de se influenciar a tomada de decisões das autoridades estatais, autoridades locais ou organizações internacionais através da intimidação da população e (ou) outras formas de ações violentas ilegais; (RÚSSIA, 2006)⁹

⁹ 1) *Терроризм - идеология насилия и практика воздействия на принятие решения органами государственной власти, органами местного самоуправления или международными организациями, связанные с устрашением населения и (или) иными формами противоправных насильственных действий;* (RÚSSIA, 2006, tradução própria)

A possibilidade da condução de operações de contraterrorismo fora do território russo é versado no Artigo 5, inciso 3:

3) O Presidente da Federação Russa decide, de maneira prescrita, sobre a utilização fora do território da Federação Russa de formações das Forças Armadas da Federação Russa e de unidades de propósito especial para combater atividades terroristas, realizadas contra a Federação Russa, cidadãos da Federação Russa ou apátridas com residência permanente na Federação Russa. (RÚSSIA, 2006)¹⁰

Com o Artigo 15 determinando qual a agência responsável por combatê-lo:

1) Um ato de terrorismo deverá ser combatido pelas forças do Serviço Federal de Segurança, com uso de suas capacidades materiais, assim como por quaisquer grupos criados a partir de suas forças e meios materiais; (RÚSSIA, 2006)¹¹

Esse novo arcabouço jurídico, somado ao fortalecimento institucional do FSB e, principalmente, às experiências deste combatendo forças irregulares, no Cáucaso, serviram de base para a atuação das forças especiais russas, tanto do serviço de segurança quanto do exército, no conflito com a Ucrânia, a partir de 2014 (BAEV, 2018).

¹⁰ 3) Президент Российской Федерации: принимает решение в установленном порядке об использовании за пределами территории Российской Федерации формирований Вооруженных Сил Российской Федерации и подразделений специального назначения для борьбы с террористической деятельностью, осуществляемой против Российской Федерации либо граждан Российской Федерации или лиц без гражданства, постоянно проживающих в Российской Федерации (RÚSSIA, 2006, tradução própria).

¹¹ 1) Пресечение террористического акта осуществляется силами и средствами органов федеральной службы безопасности, а также создаваемой группировки сил и средств (RÚSSIA, 2006, tradução própria).

4. A atuação do FSB na era Putin: O caso da Ucrânia

4.1. O conflito no leste da Ucrânia como um laboratório das Guerras Híbridas

A guerra do Donbass, iniciada em 2014 na região da fronteira russo-ucraniana, é resultado direto do conturbado histórico das relações entre o Ocidente e a Federação Russa no pós-Guerra Fria. Sob o governo de Vladimir Putin, a Rússia procurou adotar uma abordagem de reafirmação de seu status de grande potência mundial e de *hegemon* regional no espaço pós-Soviético. O Ocidente, por sua vez, unilateralmente decidiu que a única perspectiva de futuro aceitável para a Rússia seria a integração total à “Europa Transatlântica” (TSYGANKOV, 2005; BRZEZINSKI, 2016).

Tais conflitos de interesses começaram a minar as relações bilaterais entre o Ocidente e a Rússia ainda durante a década de 1990. As ações militares da OTAN na Iugoslávia e a primeira rodada de expansão de membros dessa organização no pós-reunificação da Alemanha levaram as entradas da República Checa, Polônia e Hungria na aliança, o que foi visto pela Rússia como uma ameaça à sua segurança nacional (TSYGANKOV, 2015).

Os eventos do *Euromaidan* foram considerados pelo governo russo como um golpe de Estado e uma tentativa de coação da Rússia e de seus interesses estratégicos. A queda de Yanukovich, em 22 de fevereiro de 2014, levou à ascensão de políticos pró-Ocidente e pró-OTAN. O novo governo que se formou, liderado pelo primeiro ministro Arseniy Yatsenyuk, era em seu cerne fortemente nacionalista e anti-russo, contando com pelo menos quatro figuras de seu alto escalão que poderiam ser considerados neofacistas. Moscou, por sua vez, já havia deixado claro que não toleraria a cooptação da Ucrânia, seu mais importante vizinho em questões estratégicas, pelo Ocidente, já que isso efetivamente a transformaria em um baluarte do poderio político-militar ocidental nas fronteiras da Rússia. Alegando garantir a proteção das populações de origem russa dentro do território ucraniano de ataques perpetrados por milícias ultranacionalistas e de perseguições por parte do Estado, Putin ordenou a tomada da Península da Criméia por tropas russas (MEARSHEIMER, 2014; BAEV, 2018).

O avanço russo sobre a península deu-se de maneira rápida, uma vez que já havia um contingente considerável estacionado na base naval do Mar Negro e as forças ucranianas, que se encontravam em um estado de preparação precário, não apresentaram resistência ao avanço russo. E, principalmente, pelo fato da população local ser composta majoritariamente por russos étnicos, leais à Moscou (MEARSHEIMER, 2014).

Seguindo à tomada da península, um novo governo local, pró-Rússia, fora formado e unilateralmente declarou sua independência, usando como precedente legal o caso da independência do Kosovo, que fora referendado pela Corte Internacional de Justiça das Nações Unidas como estando de acordo com as leis e costumes internacionais. O governo russo reconheceu oficialmente a declaração de independência da Criméia e um referendo fora organizado para decidir sobre o futuro status da região. Como resultado, ela foi incorporada à Federação Russa, como uma República Autônoma e com a cidade de Sevastopol como uma Cidade Federal (RT, 2014; TSYGANKOV, 2015).

Empoderados pela vitória decisiva da Rússia na Criméia, forças separatistas no leste e sul da Ucrânia recusaram-se a aceitar a autoridade de Kiev e declararam a criação de seus próprios “governos populares”. Nesse contexto, o Kremlin passou a requerer que o governo de Kiev revertesse suas políticas nacionalistas em relação ao status de língua oficial do russo, de seu ensino e de sua presença nos meios de comunicação e na mídia, além de pressionar por mudanças constitucionais que descentralizasse o poder do Estado ucraniano em favor de mais autonomia para as regiões, em especial nas de maioria russa, e desistisse do projeto de entrada na OTAN (TSYGANKOV, 2015).

De forma a fazer cumprir suas exigências, Moscou posicionou cerca de trinta mil soldados nas fronteiras da Ucrânia para dissuadir o governo de Yatsenyuk de tomar qualquer medida drástica contra os rebeldes. Conjuntamente a isso, foram retirados os auxílios financeiros e os descontos em compra de energia e iniciadas as cobranças dos pagamentos atrasados – medidas que pioraram a já delicada situação econômica do governo ucraniano, que se encontrava fortemente endividado com a Gazprom, a maior companhia de gás e petróleo da Rússia, que tem como maior acionista o seu próprio governo (MEARSHEIMER, 2014).

A conjuntura socioeconômica enfrentada pelo governo de Yatsenyuk e sua natureza extraordinária como uma administração de transição, por consequência sem o respaldo popular de uma eleição, o faziam extremamente impopular e incapaz de lidar com a situação de maneira efetiva. Em maio de 2014, Petro Poroshenko fora eleito presidente com cinquenta e quatro por cento dos votos e uma plataforma fortemente nacionalista, prometendo a retomada da Península da Criméia e a “pacificação” das regiões rebeldes, o que seria feito através da condução de operações de contraterrorismo pelo SBU (TSYGANKOV, 2015).

Com a situação rapidamente deteriorando-se, a Ucrânia entrou em um estado de completa guerra civil na região do Donbass, com o governo russo fornecendo apoio material, logístico e treinamento para os grupos rebeldes. Durante os meses que se seguiram à eleição

de Poroshenko, os conflitos se intensificaram, em especial durante julho e agosto, quando os rebeldes lançaram uma contraofensiva, com forte apoio russo. As pesadas baixas impostas ao Exército Ucraniano acarretaram no pedido de cessar-fogo em três de setembro e a assinatura do Protocolo de Minsk entre representantes dos governos da Ucrânia, Rússia, das repúblicas populares de Lugansk e Donetsk, sob a mediação da OSCE (CGTN, 2014; MEARSHEIMER, 2014; TSYGANKOV, 2015).

Para além do fim das hostilidades, foi acordada a anistia para os grupos que se desarmassem, o estabelecimento de corredores de acesso para refugiados, ajuda humanitária, e a realização de uma troca de prisioneiros. Entretanto, no início de 2015, o acordo caiu por terra, com a tomada do Aeroporto Internacional Sergey Prokofiev em Donetsk por forças rebeldes, marcando o retorno das hostilidades entre as partes (CGTN, 2014; GRYSSENKO; WALKER, 2015).

Um novo cessar-fogo foi negociado em fevereiro do mesmo ano, conhecido como Minsk II, contendo provisões semelhantes ao acordo anterior, entre as quais um roteiro para o restabelecimento da ordem e da paz na região, o que seria feito através da realização de eleições nas regiões separatistas, seguindo as leis ucranianas e supervisionadas pela OSCE. Em contrapartida, o governo de Kiev, caso as eleições fossem consideradas válidas pela OSCE, deveria então reformar seu governo, descentralizando sua autoridade de forma a conceder status especial e mais autonomia para a região do Donbass (BBC, 2015).

A efetivação dessas medidas, informalmente conhecidas como “Fórmula de Steinmeier” em decorrência de seu idealizador, o então ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, não se materializaram. O conflito no leste da Ucrânia permanece latente e as violações de cessar-fogo são comuns por toda linha de contato (OSCE, 2021).

Com o governo ucraniano se recusando a efetivar as medidas acordadas em Minsk, alegando que a realização de eleições nos territórios rebeldes não seria possível até que Kiev tivesse controle efetivo sobre a região, houve uma clara inversão da ordem cronológica estabelecida previamente. As ações tomadas pela Ucrânia visam deslegitimar o processo eleitoral realizado em 2018 nas repúblicas populares, impor restrições à aceitação de futuros pleitos locais e tentar forçar uma nova negociação dos termos dos Acordos de Minsk (TASS, 2020).

Os acontecimentos ocorridos na Ucrânia desde o *Euromaidan* não só configuram uma guerra híbrida, como também apresentam em sua totalidade todos os seus aspectos operacionais. Em primeiro lugar, a mobilização de manifestantes, em movimentos

aparentemente descentralizados e organizados sob pautas abstratas e abrangentes; em seguida, a derrubada do governo e o estabelecimento de uma nova administração. No caso ucraniano, como houve uma resposta popular de resistência a esse movimento, na forma dos levantes das populações russas no leste e sul, fez-se necessário a conversão de certos grupos de “manifestantes” para grupos – agora abertamente – paramilitares. Isso porque mesmo durante a fase dos protestos contra o governo de Yanukovich, que deveriam ser pacíficos e descentralizados, havia a presença de grupos como o *Tryzub*¹², *S14*¹³ e o *Pravy Sektor*¹⁴, que já atuavam como milícias, ou seja, estruturados e organizados aos moldes militares, com o uso de ações coordenadas violentas e de guerrilhas urbanas contra as forças de segurança pública (KORYBKO, 2018).

Mas talvez o elemento mais importante para a aplicação, e o sucesso, da guerra híbrida seja o uso da propaganda política, da desinformação e das operações psicológicas de forma a cooptar a opinião pública e moldá-la favoravelmente. Ainda no início do século XX, esse processo de alterar a opinião pública de forma quebrar o espírito de resistência de um país fora identificado pelo teórico militar imperial russo Evgeny Messner, sob no nome de guerra por subversão (FRIDMAN, 2018; KORYBKO, 2018).

Na Ucrânia, esse trabalho de “alteração” da consciência coletiva teve como alvo a percepção da população quanto à aproximação com o Ocidente e adesão na OTAN, em oposição à Rússia. Esse processo foi iniciado, de maneira institucional, durante a presidência de Viktor Yushchenko, entre 2005 e 2010, quando Kiev ativamente trabalhou em retratar sua entrada na OTAN como um “processo civilizatório pan-europeu”. Esforço este que fora operacionalizado através de uma campanha de propaganda que visava minar os laços históricos e culturais da Ucrânia com a Rússia, reabilitando o UPA, braço armado da OUN, uma organização fundada por nacionalistas ucranianos exilados em Viena nos anos de 1920 e que durante a Segunda Guerra Mundial serviram de forças auxiliares na ocupação nazista da URSS, desempenhando funções na retaguarda alemã, como o combate à *partisans* soviéticos e poloneses e funções de “policiamento” durante o domínio alemão, tendo sido implicados e condenados, em Nuremberg, por uma série de crimes de guerra contra a população local, a mando dos nazistas. Entre os reabilitados estavam Stepan Bandera, líder da OUN e Roman

¹² *Тризуб* - Tridente. Refere-se ao Tridente do grão-príncipe do Rus de Kiev Volodymyr, o Grande, usado como brasão de armas da Ucrânia

¹³ *С14-С14* - Um trocadilho com a palavra *Sich* (*Сич*), o nome dado aos centros administrativos e militares dos bandos Cossacos entre os séculos XVI e XVIII

¹⁴ *Правий Сектор* - Setor da Direita. Principal grupo nacionalista e força paramilitar da Ucrânia

Shukhevych, um dos principais comandantes da UPA, ambos foram agraciados com a medalha de Herói da Ucrânia (TSYGANKOV, 2015).

Somadas a essas controversas medidas, pesadas restrições foram impostas pelo governo de Yushchenko ao uso da língua russa, vendo a ideia de “uma nação, duas línguas” como uma espécie de “capitulação”. Em janeiro de 2006, a “Lei Sobre Rádio e Televisão” foi sancionada pela presidência, determinando que programas televisivos estrangeiros deveriam ser dublados ou legendados em ucraniano, mesmo que transmitidos somente para comunidades não-ucranianas e quaisquer transmissões feitas em caráter nacional não poderiam ter menos que três quartos de seu conteúdo em ucraniano. O objetivo de Yushchenko era não só o de “ucranizar” as populações russas, restringindo ao máximo qualquer forma de autodeterminação e expressão cultural, mas também de fabricar uma identidade nacional ucraniana que fosse anti-russa, de forma a tornar a entrada na OTAN mais palatável para a população (UCRÂNIA, 2006; TSYGANKOV, 2015).

A necessidade de se criar essa nova identidade ucraniana, fortemente xenofóbica para com a Rússia e o povo russo, pode ser percebida ao se analisar as pesquisas de opinião pública quanto à entrada da Ucrânia na OTAN. Em setembro de 2008, cerca de dois terços da população ucraniana eram contrários à entrada do país na Organização do Atlântico Norte. Por sua vez, em outubro de 2020, os números eram de trinta e sete por cento favoráveis à neutralidade, no caso ao não alinhamento institucional ao Ocidente ou à Rússia, enquanto que treze por cento eram favoráveis à filiação formal à Organização do Tratado de Segurança Coletiva - OTSC, liderada pela Federação Russa e os adeptos da adesão à OTAN figuravam quarenta e um por cento (TSYGANKOV, 2015; KYIV POST, 2020).

4.2. O uso do FSB neste conflito

O caráter híbrido da guerra do Donbass, fruto direto dos eventos do *Euromaidan*, fez com que as autoridades russas aprimorassem seus mecanismos de resposta às ações patrocinadas pelos países ocidentais, agrupadas sob o novo nome de “abordagens adaptativas” – termo cunhado em 2013 pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Federação Russa, Valery Gerasimov, para indicar o uso encoberto de forças militares como forma de subsidiar meios “não militares”, como as revoluções coloridas pró-Ocidente ou suas contrapartidas, neste caso os levantes populares pró-Rússia. Sendo os principais elementos operacionais da guerra híbrida: a combinação de operações convencionais e especiais de

baixo nível; ações cibernéticas e espaciais ofensivas; operações psicológicas que usam a mídia social e tradicional para influenciar a percepção popular e a opinião internacional (KORYBKO, 2018; OLIVEIRA; CASALUNGA, 2020).

A participação ativa do FSB e também da inteligência militar, o GRU, na Ucrânia, em oposição ao uso de tropas regulares, aponta para tal emprego encoberto dos meios não militares. Em especial para um aspecto da guerra híbrida, o da Guerra Informacional, que visa, especificamente, atacar o funcionamento do comércio e do sistema financeiro, a troca de informações entre órgãos públicos e até infraestruturas críticas. Tal abordagem é usada em situações onde os canais diplomáticos são insuficientes e o uso aberto de força pode ser demasiadamente arriscado. Nestes casos, os Estados recorrem aos serviços de inteligência para a realização das chamadas operações encobertas ou, como são chamadas no jargão da inteligência russa, medidas ativas (CEPIK, 2003; OLIVEIRA; CASALUNGA, 2020).

De maneira geral, existem quatro tipos mais comuns e gerais de classificação para as operações encobertas tradicionais dos serviços de inteligência. O primeiro destes é o apoio a grupos já existentes no país, para que estes conduzam campanhas de insurgência ou guerrilha, com este apoio podendo ir do simples financiamento das atividades ao apoio logístico e operacional. O segundo tipo envolve o apoio a golpes de Estado, o assassinato de pessoas importantes, sejam estes líderes políticos, sociais ou militares, atos de sabotagem e/ou de terrorismo, chamados popularmente de *wet affairs*. Em terceiro estão as operações de sabotagem política e econômica contra os adversários e de apoio às forças aliadas, sejam estes partidos políticos, organizações não governamentais, ou mesmo governos alinhados. Por fim, o quarto grupo envolve as campanhas de propaganda política, desinformação e operações psicológicas, que visam alterar a percepção da sociedade civil, ou de partes específicas desta, além da infiltração de agentes operacionais nas estruturas governamentais e do coletivo social (CEPIK, 2003).

Além das tradicionais operações encobertas, com o advento da Revolução Informacional e de uma sociedade largamente interconectada, o ciberespaço tornou-se um ambiente de fundamental importância para a projeção de poder dos Estados, conseqüentemente de atuação em contextos de guerra híbrida e informacional. Servindo de potencializador para ações tomadas pelos serviços secretos, o ciberespaço pode ser definido como um ambiente anárquico, onde o constante fluxo de dados apresenta-se como uma ameaça incessante. Instalações físicas, infraestruturas sensíveis, tanto civis quanto militares, e redes de bens e serviços imprescindíveis para o funcionamento da sociedade, energia elétrica,

combustíveis e água potável, podem ter seu funcionamento facilmente comprometidos por ameaças virtuais (OLIVEIRA; CASALUNGA, 2020).

É possível identificar nas ações do FSB todas as quatro formas de operações encobertas descritas acima, além da extensa atuação de grupos chamados Ameaças Persistentes Avançadas - APA, que possuem alto grau de especialização no uso de armas cibernéticas, de forma a explorar as vulnerabilidades já citadas. Segundo Pavel Yatsyuk, vice-chefe da Inteligência Militar da Ucrânia, os serviços de inteligência da Rússia estabeleceram uma rede de agentes e ativos estratégicos dentro de todo território ucraniano (SEGODNYA, 2018; OLIVEIRA; CASALUNGA, 2020).

Posição corroborada pelo Procurador-Geral da Ucrânia, Yuriy Lutsenko, que afirmou durante uma conferência de imprensa em Kiev que o governo da Federação Russa, através de seu serviço de segurança, conduz rotineiramente atividades de subversão, tendo implantado uma rede de agentes e ativos por todo o território ucraniano, não só nas regiões de Lugansk e Donetsk. Estas redes utilizam tanto espiões profissionais, pessoas treinadas e empregadas pelos serviços de inteligência, quanto “agentes de influência”, pessoas sem relação formal ou treinamento prévio que são cooptadas para a realização de alguma missão ou como fontes de informação, integrando em suas ramificações russos, ucranianos e outros nacionais residentes na Ucrânia, que passam a atuar sob o disfarce de membros da sociedade, jornalistas, civis, advogados, figuras públicas e religiosas, de forma a realizar atividades de subversão política ou atos considerados terroristas (BURNOS, 2016; SEGODNYA, 2018).

Lutsenko deu detalhes relativos a uma investigação, na qual o réu, Oleg Smorodinov, um russo étnico, é acusado de assassinar o ex-operador do 3º Regimento de Forças Especiais da Ucrânia, Ivan Mamchur. Segundo o próprio Smorodinov, ele fora contratado pelo FSB para executar a ação em troca de um pagamento de cinco mil dólares. Mamchur havia integrado uma força voluntária de soldados ucranianos lutando pela Geórgia na guerra de 2008 e acredita-se que seu assassinato tenha sido uma vingança por suas ações anti-russas (BURNOS, 2016; SCHWIRTZ, 2019).

Outro caso, muito emblemático, referente à infiltração da sociedade e do governo ucraniano é o do major-general do SBU, Valeriy Shaytanov, preso em abril de 2020 sob a acusação de alta traição e terrorismo, de acordo com o uma investigação interna da própria agência. Segundo a acusação, Shaytanov trabalhava para o FSB desde 2014, tendo repassado informações para Moscou a respeito de operações ucranianas a serem tomadas contra as forças separatistas nas Repúblicas Populares do Donbass e de ter recrutado outros agentes para sua rede. Shaytanov estaria também envolvido no planejamento de operações

consideradas terroristas pela legislação da Ucrânia, entre as quais a tentativa de assassinato de Adam Osmayev, líder do Batalhão Dudayev, uma unidade paramilitar pró-Ucrânia composta de voluntários chechenos (RADIO FREE EUROPE, 2020).

Além de Osmayev, outro alvo potencial das operações de eliminação orquestradas pelo FSB, de acordo com o GUR, é o coronel Kyrylo Olekseivitch Budanov, chefe da inteligência militar das Forças Armadas da Ucrânia. Os acusados de serem os planejadores do atentado contra o coronel Budanov eram os oficiais de inteligência Alexander Sklyanko e Nikolai Chernykh. Ambos haviam trabalhado juntos no departamento de contrainteligência do SBU na República Autônoma da Crimeia até o ano de 2014, quando passaram a trabalhar para o FSB (EADAILY, 2020).

Segundo o vice-diretor geral do SBU, major general Viktor Yagun, o Serviço de Segurança foi inadequado em tomar providências para impedir a infiltração por parte de elementos do FSB e conter vazamento de informações sensíveis, com vários oficiais do SBU mantendo contato com o Serviço de Segurança da Rússia. As suspeitas da infiltração foram reforçadas pelos casos citados, envolvendo oficiais de inteligência do SBU e podem ser explicados pelo longo histórico de programas de cooperação bilateral (pré-2014) entre o SBU e o FSB, o que permitiu o estabelecimento de redes de informantes russos na inteligência ucraniana (LAPAIEV, 2020).

Estimativas feitas por Mykola Sungurovskiy, pesquisador do Centro Razumkov de Estudos Econômicos e Políticos, cerca de um terço do efetivo total do SBU atuava como informantes para algum dos serviços de inteligência da Rússia. O principal suspeito de ser o encarregado dessas redes é o coronel do FSB, Igor Egorov, que durante vários anos foi adido de inteligência russo na Ucrânia, além de ter sido o oficial de ligação entre os serviços de segurança de ambos os países (GALEOTTI, 2015; LAPAIEV, 2020).

Outros alvos das operações secretas do FSB, que dessa vez mostraram-se bem-sucedidas, foram os coronéis Oleksandr Kharaberyush, da contrainteligência SBU, e Maksym Shapoval, das forças especiais das Forças Armadas. Ambos foram mortos por bombas plantadas em veículos, Kharaberyush em Mariupol e Shapoval em Kiev. (LAPAIEV, 2020)

Atividades de sabotagem também se tornaram relativamente comuns, como no caso da explosão de uma fábrica de munições na cidade de Balakliya e da tentativa de destruição do Rivneoblvodokanal, uma estação de tratamento de água na cidade de Rivne, por um nacional ucraniano de Odessa que fora recrutado pelo FSB (LAPAIEV, 2020; INTERFAX-UKRAINE, 2021).

Personalidades da sociedade civil também se tornaram ativos da inteligência russa, segundo investigações, o empresário do ramo musical Timofei Nagorny e sua esposa, a esportista Lilia Podkopayeva, foram procurados pelo FSB para criarem um partido político pró-Rússia, com o objetivo de estabelecer um instrumento institucionalmente legítimo dentro da sociedade ucraniana que seria responsável pela promoção dos interesses da política externa do Kremlin, como evitar que a Ucrânia se torne membro da OTAN (SEGODNYA, 2018).

No campo das atividades cibernéticas, o FSB foi capaz de fazer o uso tático, operacional e estratégico dos meios virtuais disponíveis durante os estágios iniciais do conflito para assegurar vantagens militares sobre os ucranianos, o que foi possível através de uma nova forma de associação entre os serviços de inteligência, as forças armadas e *hackers* civis. Entre tais grupos, o mais destacado é o *CyberBerkut*, formado por ex-integrantes da tropa de choque Berkut, envolvida fortemente na contenção dos protestos do *Euromaidan* e posteriormente dissolvida com a queda de Yanukovich. Essa simbiose permitiu aos russos maximizar a eficiência de suas operações, com os ciberataques tendo como alvos principais informações sensíveis do governo ucraniano. As forças policiais, o serviço de segurança, as forças armadas e o gabinete ministerial tiveram documentos vazados, o que permitiu às forças russas acesso aos planos de resposta de curto prazo da Ucrânia para conter o avanço russo na Criméia e no Donbass. Esses ataques empregavam o método de *Spear Phishing*, no qual e-mails, aparentemente confiáveis, são enviados para os alvos e, uma vez abertos, instalam *malwares* de extração automática de arquivos (SFX). Uma vez no poder dos russos, essas informações eram usadas para subsidiar ações das tropas no campo e de base para a criação de novos e-mails falsos (OLIVEIRA; CASALUNGA, 2020).

Além do roubo de informações, via *Spear Phishing*, ataques de negação de serviços (DDoS) e adulteração de cabos de fibra óptica foram usados para comprometer as comunicações, derrubar sites governamentais e disseminar informações conflitantes para a população. Nos estágios iniciais do conflito, logo após a queda de Viktor Yanukovich, em fevereiro de 2014 uma série de ataques foi lançada usando os sistemas BlackEnergy (BE) e suas variantes, BE.lite e BlackEnergy2 (BB2), que interferiram severamente nas telecomunicações de parlamentares ucranianos, além de derrubarem *sites* do governo. Tais ataques foram reivindicados pelo CyberBerkut. Em março, seguindo-se a tomada da Crimeia por tropas russas, instalações da Ukrtelecom foram invadidas e tiveram seus cabos de fibra óptica adulterados, cortando as comunicações da península com o resto do país, efetivamente isolando-a (OLIVEIRA; CASALUNGA, 2020).

Em maio, após a declaração de independência das repúblicas populares da região do Donbass, a rede da Comissão Eleitoral Central da Ucrânia foi invadida, durante a apuração da eleição presidencial. Pouco antes do final do processo de contagem dos votos, *hackers* do CyberBerkut assumiram controle da página e decretaram a vitória do candidato ultranacionalista Dmytro Yarosh, então líder do *Pravy Sektor*. Informação que foi amplamente divulgada na Ucrânia, de forma a colocar em xeque a lisura do processo eleitoral e criar mais divisões dentro da sociedade ucraniana (OLIVEIRA; CASALUNGA, 2020).

O uso de medidas ativas não só na região do Donbass, onde de fato há um confronto armado, mas por todo território da Ucrânia indica a predominância do caráter assimétrico do conflito e da “hibridicidade” das guerras no século XXI, em que os papéis dos meios não militares e não convencionais se sobrepõem ao das forças regulares tradicionais, em muitos casos, inclusive, com esses mecanismos irregulares excedendo em efetividade os resultados obtidos pelas forças convencionais, ao permitir que um Estado estabeleça dentro das fronteiras de seus adversários uma frente de batalha permanente, explorando as vulnerabilidades inerentes a todas as sociedades, de forma a negar quaisquer possíveis vantagens militares que este poderia ter no caso de um conflito armado regular, independentemente do quão avançadas, bem desenvolvidas e treinadas sejam suas forças (GERASIMOV, 2016).

4.3. Resultados obtidos pelos russos no caso ucraniano

Ao analisar os resultados obtidos pelos russos na Ucrânia, faz-se necessário separá-los em relação aos seus impactos, primeiramente nos quesitos operacionais das forças especiais, no status revigorado dos serviços de inteligência para a estratégia geopolítica russa e, por fim, na abordagem que os russos tomaram, e mantém, com relação à continuidade do conflito (GALEOTTI, 2015; GALEOTTI, 2018, CRANNY-EVANS, 2020).

A tomada da Península da Criméia pelas forças especiais russas, usando uniformes sem identificação, marcou um ponto de virada tanto na importância doutrinária destas quanto em suas prioridades logísticas, sendo armadas com os melhores equipamentos disponíveis. Nos conflitos anteriores que a Rússia se envolveu, as duas guerras da Chechênia (1994-1996; 1999-2009) e a Guerra da Geórgia (2008), suas tropas *spetsnaz* ficaram encarregadas de funções de infantaria leve. Uma tendência iniciada ainda na União Soviética, com a invasão do Afeganistão, em 1979, onde, em função do terreno montanhoso e da guerra de guerrilha

empregada pelos *mujahidin*¹⁵, os *spetsnaz* tornaram-se as principais forças de combate. Como consequência, estes tiveram seu caráter especial diluído e, tendo sido expostas ao conflito direto, sofreram pesadas baixas, uma vez que não eram treinadas nem equipadas para o desempenho deste tipo de função. Após o fim da URSS, essa tendência doutrinária de “improvisado” das funções das tropas especiais continuou, especialmente durante os primeiros anos do governo Ieltsin, muito em função do cenário de crise generalizada em que o país se encontrava. Consequentemente, a infraestrutura e as capacidades militares russas foram negativamente afetadas, um quadro que foi melhor evidenciado com a Batalha de Grozny (1994-1995), onde as tropas *spetsnaz* foram massivamente utilizadas como infantaria leve de combate urbano. Tal situação de precariedade militar estendeu-se durante toda a década de noventa até os primeiros anos do século XXI (CRANNY-EVANS, 2020).

Posterior à reforma militar de 2008, as forças especiais passaram a receber constantes aumentos em seus investimentos, tanto em materiais quanto em capacitação, voltando a desempenhar funções como reconhecimento avançado, captura e destruição de alvos de alto valor estratégico e a coordenação com forças auxiliares irregulares. Essa reabilitação de suas tropas *spetsnaz*, tanto das Forças Armadas quanto do FSB, permitiu ao Kremlin estender suas capacidades operacionais híbridas, em especial sobre a região do chamado “exterior próximo”, composta por países da antiga União Soviética ou do Pacto de Varsóvia, sem a necessidade de utilizar suas forças convencionais. Entre os aspectos mais importantes de sua reestruturação está a criação do KSSO, um órgão do Estado Maior das Forças Armadas, responsável pela coordenação em campo entre as tropas *spetsnaz* da GRU e do FSB (CRANNY-EVANS, 2020).

Materialmente as forças especiais russas tem acesso aos melhores equipamentos e acessórios disponíveis, tanto de origem russa, como a pistola MP-443 “Gralha”, as metralhadoras leves PKM e os fuzis de assalto AK-74M, quanto estrangeiros, como a pistola austríaca Glock 17, modelo de quinta geração. Entre os acessórios, estão os ampliadores para miras telescópicas EOTech Magnifier G33, de origem americana, e as miras telescópicas Aimpoint CompM4s, de origem sueca, além dos apontadores lasers duais russos, Perst-3. A arma de longo alcance de escolha, especialmente na Síria, é o fuzil de precisão austríaco Steyr SSG-08, com munição 338 Lapua Magnum, capaz de engajar alvos a uma distância superior a um quilômetro. Outro ponto de grande destaque para as capacidades operacionais das forças especiais é a mobilidade das tropas, especialmente em terrenos irregulares e de difícil

¹⁵ *Mujahidin* é a designação em árabe para os combatentes da jihad (guerra santa).

movimentação. De forma a atender essa demanda, os *spetsnaz* são equipados com pick-ups Hilux modificadas, equipadas com metralhadoras pesadas Kord 12,7mm e proteção balística com poder de parada para calibre 7,62mm. Além de veículos leves como os *buggies* 4x4 *off-road* Strike-M4, equipados com metralhadoras *gatling* GShG-7.62, e as motos elétricas, também *off-road*, Kalashnikov SM-1, com autonomia de 150 km (CRANNY-EVANS, 2020).

Tais aprimoramentos nos equipamentos utilizados pelas forças especiais russas indicam mudanças doutrinárias no emprego dessas tropas. Não mais como infantaria leve para assaltos diretos, mas como ativos a serem utilizados em sintonia com as forças aérea e naval, focados em atacar alvos de grande valor estratégico e coordenar ação de grupos irregulares, muitas vezes atrás das linhas de contato (CRANNY-EVANS, 2020).

Os serviços de inteligência permanecem como um dos principais instrumentos do governo russo, tanto em sua política externa quanto interna, dentre os quais se destaca o FSB, que não só se mantêm como órgão central do aparato de segurança, como também continua a expandir suas operações, especialmente para além das fronteiras. As operações de cunho político, como campanhas de desinformação, subversão e desmoralização foram levadas a cabo quase que em sua totalidade pelo FSB, que, assim como as forças armadas, passou por uma extensa reformulação doutrinária, material e de importância política, com suas tropas especiais sendo mais bem equipadas, tendo sido capaz de infiltrar ativos, com relativa facilidade, nos aparatos de segurança da Ucrânia, expandindo sua influência para dentro do Estado nacional ucraniano e também para as autoproclamadas repúblicas populares (GALEOTTI, 2018).

Ambas as entidades têm em funções chaves pessoas que de alguma forma são, ou foram, ligadas à comunidade de inteligência, em especial ao FSB. No caso da República Popular de Donetsk, podem ser citados o ex-ministro da defesa, Igor Girkin, o ex-primeiro-ministro Aleksandr Borodai e o seu então vice, Vladimir Antyufeyev. Na vizinha República Popular de Lugansk, os casos mais destacados de ativos do FSB em posições de comando são do atual chefe de Estado, Leonid Pasechnik e do Primeiro Ministro, Sergey Kozlov (JONES, 2014; GALEOTTI, 2018).

Devido aos bons resultados apresentados, no entendimento da administração russa, e tendo atendido às expectativas criadas, o Serviço Federal de Segurança mantém-se como um dos núcleos duros da base de Putin e de seu projeto nacional. Com seus membros e ex-membros ocupando um número cada vez maior de posições chave nas administrações regionais da Federação Russa (GALEOTTI, 2018).

Quanto à situação do conflito da Ucrânia em si, ainda que uma vitória rápida e decisiva não tenha se materializado, como talvez fosse esperado em Moscou, as capacidades militares híbridas que a Rússia apresentou foram capazes de garantir importantes vantagens estratégicas. A nova abordagem adotada pelos russos é a do prolongamento indefinido do conflito, de forma a exaurir os recursos e a vontade de lutar dos ucranianos no longo prazo e fazendo-os capitularem, aceitando as demandas russas, uma vez que as forças de Moscou detêm a iniciativa estratégica e operacional (GALEOTTI, 2015).

Para atingir esse fim, Moscou trabalha em três frentes diferentes, sendo a primeira desta o congelamento do conflito, passando de uma “guerra aberta” para um impasse, com escaramuças esporádicas de baixa intensidade, quando for julgado oportuno. Em segundo, está a maximização das pressões econômicas, políticas e militares sobre a Ucrânia, com a economia ucraniana apresentando resultados piores que a russa em função do esforço de guerra, apesar das fortes sanções impostas à Rússia. Segundo dados da bne IntelliNews (2019), em seu relatório anual do “Índice de Desespero”¹⁶, a Ucrânia apresenta uma pontuação de quarenta e quatro pontos, mais que o dobro da russa, de apenas vinte. O terceiro pilar são as repúblicas populares de Donetsk e Lugansk, o governo russo tem aumentado seus esforços para armar e melhor organizar as forças armadas rebeldes, colocando em posições de comando oficiais de confiança russos (GALEOTTI, 2015).

Além de melhorar a disciplina e a efetividade das tropas, a presença de militares profissionais russos, oriundos das forças especiais, permite que Moscou aumente seu grau de controle sobre as repúblicas, ao trocar líderes locais por pessoas de fora da região e leais ao Kremlin. Essa estratégia de troca de pessoal não tem ficado restrita às forças militares, com oficiais de inteligência do FSB assumindo cada vez mais postos em funções administrativas, políticas e de segurança pública (GALEOTTI, 2015).

À medida que o controle direto russo sobre as repúblicas de Lugansk e Donetsk aumentou, os projetos de independência total ou integração destas à Federação Russa diminuíram exponencialmente. Desde 2015, com a assinatura do Acordo de Minsk II, menções ao projeto da *Novorossiia*¹⁷, uma confederação que abarcaria ambas as repúblicas, desapareceu do discurso oficial russo e conseqüentemente do discurso dos rebeldes (GALEOTTI, 2015); com o governo russo não tendo reconhecido oficialmente as repúblicas populares de Lugansk e Donetsk como países independentes, mas sim como partes integrantes

¹⁶ Um índice desenvolvido para indicar o quão bem os mercados emergentes do espaço pós-Soviético têm se adaptado à transição da economia planificada para uma de mercado. Este se configura na somatória das taxas de inflação, desemprego e pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (BNE INTELLINEWS, 2019).

¹⁷ *Новоросси́я* - Nova Rússia

do território ucraniano; com declarações oficiais do ministro de relações exteriores da Rússia, Sergei Lavrov de que “A Ucrânia deve permanecer unida”, excluindo-se, obviamente, a Criméia (TSYGANKOV, 2015).

Esse maior controle sobre as instituições dos governos rebeldes, via os serviços de inteligência, e a negação russa em reconhecê-los como Estados soberanos, ou territórios russos, aponta para sua estratégia geopolítica para a Ucrânia. De permitir a reincorporação dos territórios rebeldes, porém garantindo status especial de repúblicas autônomas, efetivamente institucionalizando a influência russa dentro do Estado ucraniano. Outro artifício utilizado pela Rússia é o da “passaportização” do conflito, que consiste em fornecer cidadania russa para uma quantia considerável de residentes da região do Donbass. Entre abril de 2019, quando um decreto presidencial foi emitido simplificando o processo de naturalização de residentes do Donbass e, no início de 2021, mais de meio milhão de pessoas foram naturalizadas. Esse número atualmente representa cerca de um quinto da população total da região, com a meta estabelecida pelo Kremlin de dobrar esse número, para cerca de um milhão de residentes agraciados com a cidadania russa até o final de 2021 (BOWEN, 2017; WARSAW INSTITUTE, 2021).

Desta forma, Moscou poderá usar das repúblicas autônomas, institucionalmente controladas pelo FSB, e de sua população, largamente composta por cidadãos russos, como seus *proxies* dentro da Ucrânia, de forma a impedir que qualquer novo governo em Kiev se aproxime, institucionalmente, em demasiado do Ocidente, mantendo a Ucrânia firmemente em sua esfera de influência. E caso seja necessária alguma forma de ação mais direta, para reassegurar sua posição, os russos recorrerão ao princípio de “intervir para proteger” seus novos cidadãos (BOWEN, 2017; WARSAW INSTITUTE, 2021).

Os resultados da estratégia russa de guerra híbrida na Ucrânia têm começado a mostrar resultados favoráveis a Moscou. Analistas ocidentais já passam a considerar a adesão da Ucrânia à OTAN como um erro estratégico, que não só não irá melhorar a segurança coletiva europeia, como na verdade terá o efeito contrário, o de provocar ainda mais a Rússia e, conseqüentemente, de aumentar a instabilidade geopolítica regional, ao mesmo tempo em que as principais nações ocidentais, mais notadamente a Alemanha e os Estados Unidos, que apesar da retórica, iniciaram um processo de acomodação com Moscou, com os EUA suspendendo suas sanções permitindo a conclusão do gasoduto russo *Nord Stream 2*, que fornecerá gás russo para a Europa ocidental através do mar Báltico e da Alemanha, evitando passar tanto pela Polônia, quanto pela Ucrânia. Esse novo acordo aponta para um “abandono” do Ocidente com relação a Kiev, em um momento em que os russos têm endurecido seu

discurso oficial, com relação à própria independência ucraniana, em última instância, evidenciando o poder que a Federação Russa é capaz de exercer em seu “exterior próximo” (O’HANLON, 2021; FINANCIAL TIMES, 2021).

5. Considerações finais

A guerra híbrida, ainda que não um fenômeno novo, em razão da revolução informacional e da decorrente globalização, somada ao momento de enfraquecimento da unipolaridade norte-americana e o envolvimento desta em duas guerras tradicionais (Iraque e Afeganistão), tornou-se o principal instrumento coercitivo para alguns países sendo um método especialmente difundido na virada da primeira década do século XXI, da qual o *Euromaidan* ucraniano originou-se. Tal popularização, e mais importante, quais países entraram na mira das guerras híbridas empreendidas pelo ocidente, aponta para a estratégia de contenção de potências emergentes rivais, em especial da Rússia, que desde o fim da União Soviética tem visto países que, ou eram membros do Pacto de Varsóvia, ou mesmo integrantes da URSS, adentrarem à OTAN, o que por sua vez é entendido por Kremlin como uma questão de segurança nacional, uma vez que a expansão da aliança Euro-Atlântica (OTAN e EU) para o espaço pós-soviético implica na limitação da capacidade de projeção de poder russo na região. Em última instância, impedindo a manutenção do status de grande potência da Federação Russa e indo de encontro à atual estratégia geopolítica russa, em voga desde a ascensão de Vladimir Putin ao poder em janeiro de 2000, de ressurgimento no cenário internacional, condição vista como essencial para a Rússia manter sua integridade territorial e continuar a existir como um Estado unificado.

Dessa forma, sob Putin, o governo russo trabalhou ativamente para alcançar esse fim, procurando aumentar a influência política e econômica russa no espaço pós-soviético, através da assinatura de importantes acordos econômicos e militares com as ex-repúblicas soviéticas. Concomitante a esse esforço, a política externa russa procurou, em um primeiro momento, chegar a uma conciliação com o ocidente quanto ao seu papel no Sistema Internacional, realizando algumas concessões e procurando estabelecer pontos de cooperação com as potências ocidentais, em especial no âmbito de contraterrorismo. Por fim, referente à política interna, Putin procurou reformar e modernizar as forças armadas, aumentando suas capacidades operacionais, especialmente após a Guerra da Geórgia (2008). A comunidade de inteligência também passou por uma ampla reformulação, com o FSB ganhando mais poderes e capacidades de atuação, através da incorporação de outros serviços e agências, como a guarda de fronteiras (FPS) e a agência responsável pelas comunicações governamentais e pela inteligência eletrônica e de sinais (FAPSI), além da reformulação da legislação russa, no que tange ao combate às atividades consideradas terroristas, tanto dentro quanto fora do território russo, sendo o FSB fundamental para a Rússia no conflito ucraniano.

O amplo uso dos serviços de inteligência e das forças especiais russas, fortemente reestruturados nos governos de Vladimir Putin, permitiu à Rússia conter os avanços da revolução colorida do *Euromaidan* na Ucrânia, desencadeando um impasse geopolítico para o avanço da OTAN sobre o espaço pós-soviético, freando-o por hora. A experiência russo-ucraniana evidencia a importância para os Estados em terem serviços de inteligência e segurança bem equipados e treinados para lidar com as formas de conflito indireto, contrastando diretamente dois casos opostos: o russo, em que a comunidade de inteligência se mostrou capaz de garantir a integridade territorial e a continuidade do governo, em face aos eventos adversos enfrentados; em contrapartida, com o caso da Ucrânia, em que a sua comunidade de inteligência local não foi capaz de nem perceber a influência estrangeira nos protestos de 2013, durante o governo de Yanukovich, nem de impedir a infiltração de seu aparato de segurança por forças russas, após a ascensão de governantes pró-OTAN. Tendo o FSB orquestrado uma vasta gama de operações dentro do território da Ucrânia, desde a infiltração de agentes no governo, para fins de espionagem civil e militar, com destaque para a penetração no SBU, o correspondente ucraniano do FSB, afora o uso de sabotagem, assassinato de alvos de alto valor estratégico, operações psicológicas e de propaganda, guerra cibernética e pela organização dos governos, serviços de segurança e forças armadas das repúblicas populares de Lugansk e Donetsk, com o apontamento de seu próprio pessoal para ocupar cargos chave nestas instituições.

Com relação ao conflito militar, este se iniciou em abril de 2014, na esteira do processo que levou à incorporação da Criméia como um ente da Federação Russa, com o levante de grupos paramilitares pró-Rússia na região do Donbass. Fortemente apoiados por Moscou, em questões logísticas, de inteligência e operacionais, os rebeldes foram capazes de impor pesadas baixas às Forças Armadas da Ucrânia. Com o conflito tendo sido intensificado no período de junho a agosto, seguindo a eleição de Petro Poroshenko na Ucrânia, um primeiro cessar-fogo fora acordado na capital de Belarus, em setembro sob os auspícios da OSCE. Além de determinar a suspensão das hostilidades, o Protocolo de Minsk continha algumas provisões para o restabelecimento da ordem na região, porém, em janeiro de 2015, houve uma retomada das hostilidades, com uma ofensiva rebelde que levou à captura do aeroporto de Donetsk. Em fevereiro, um novo acordo, Minsk II, fora assinado, prevendo além do término dos combates a implantação de um processo de paz duradouro. As provisões acordadas, porém, não chegaram de fato a serem aplicadas, devido a objeções do governo ucraniano, visando a deslegitimação do Protocolo de Minsk II junto às potências ocidentais, de forma a forçar uma renegociação dos termos. Como consequência da recusa de efetivação

dos termos, por uma das partes, o conflito no Donbass permanece latente, com violações do cessar-fogo sendo ocorrências diárias por toda linha de contato.

A manutenção do conflito, com combates de baixa intensidade recorrentes, quase sempre por iniciativa russa, faz parte da nova estratégia para a Guerra do Donbass, a de extensão indefinida do conflito, tendo em adição as pressões militares, outros meios de coação sendo utilizados, como o econômico e o demográfico, com a massiva emissão de passaportes russos para os residentes do Donbass. O acúmulo dessas ações, somadas ao gradual esgotamento dos recursos físicos e ideológicos do governo e da sociedade ucraniana como um todo visa levá-la, eventualmente, à capitulação, de forma que a Ucrânia seria forçada a reformular seu governo, adotando um formato de república federativa, mantendo o controle nominal, porém tendo de conceder status de região autônoma para o Donbass, reconhecendo assim a legitimidade dos governos locais, com estes, por sua vez, sendo fortemente ligados ao FSB e ao governo russo. Dessa forma, Moscou passaria a controlar, de maneira legítima, importantes regiões da Ucrânia, com essas funcionando como seus *proxies*, definitivamente impedindo a expansão da OTAN.

No atual momento do conflito, o governo ucraniano mantém-se resoluto em retomar o controle completo e efetivo das regiões separatistas, o que, devido à ampla vantagem militar russa, não será possível sem a participação ativa da OTAN. Ao mesmo tempo, essa ensaia um início de normalização das relações russo-ocidentais, indicando uma tendência de “vitória” por parte dos russos, fortalecendo assim sua posição geopolítica, como uma grande potência do Sistema Internacional, capaz de agir proativamente dentro de seu “exterior próximo” para salvaguardar seus interesses.

Por sua vez, o Ocidente sai mais enfraquecido do conflito, primeiro ao não ser capaz de cumprir as promessas feitas à Ucrânia às vésperas da revolução de Maidan, de garantir um “bilhete” de acesso ao “clube Euro-Atlântico”, muito menos em ser capaz de garantir a integridade territorial de seu potencial novo parceiro. Em segundo lugar, ao justamente preferir, a longo prazo, a normalização das relações com a Rússia, em detrimento da Ucrânia. Por fim, o enfraquecimento geopolítico ocidental vem da própria falha da guerra híbrida empreendida no coração da antiga União Soviética, em gerar os resultados esperados, de conseguir pacificamente expandir, ainda mais as fronteiras da OTAN à leste e em última instância aumentar a pressão sobre a Rússia, de forma a fazê-la abandonar qualquer aspiração de consolidar-se como uma grande potência, fora do guarda-chuva institucional Euro-Atlântico.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Gabriel Pessin. Os Serviços de Inteligência Russos após 1991. In: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência Governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. Niterói: Impetus, 2011. p. 47-72.
- ARQUILLA, John; RONFELDT, David. **The Advent of Netwar**. 1996. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR789.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- BAEV, Pavel K.. **From Chechnya to Syria: The Evolution of Russia 's Counter-Terrorist Policy**. *Russie.nei.visions*, Paris, n. 107, p.5-33, abr. 2018. Disponível em: <https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/baev_counter_terrorist_policy_2018.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BATEMAN, Aaron. The KGB and Its Enduring Legacy. **The Journal Of Slavic Military Studies**, v. 29, n. 1, p. 23-47, 2 jan. 2016.
- BBC. **Ukraine crisis: Leaders agree peace roadmap**. 2015. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-31435812>>. Acesso em: 04 jun. 2021
- BERNAYS, Edward. **The Engineering of Consent**. 3. ed. Norman: University Of Oklahoma Press, 1969.
- BHATTACHARYYA, Sambit. Dissolution of the USSR and Russian Decline in the 1990s. In: BHATTACHARYYA, Sambit. **A History of Global Capitalism: Feuding Elites and Imperial Expansion**. Brighton: Springer Nature Switzerland Ag, 2020. p. 125-136.
- BOWEN, Andrew S.. Coercive diplomacy and the Donbas: Explaining Russian strategy in Eastern Ukraine. **Journal of Strategic Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 312-343, 21 dez. 2017.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives**. Nova York: Basic Books, 2016.
- BURNOS, Taras. Россия и скрытая война против Украины. **Голос Америки**. Kiev. 18 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.golosameriki.com/a/russia-agents-in-ukraine/3602812.html>>. Acesso em: 23 jan. 2021
- CEPIK, Marco. Inteligência: dinâmicas operacionais. In: CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 27-84.
- CGTN. **Ukraine ceasefire agreement signed in Minsk**. 2014. Disponível em: <<https://america.cgtn.com/2014/09/05/ukraine-ceasefire-agreement-signed-in-minsk>>. Acesso em: 04 jun. 2021
- CRANNY-EVANS, Samuel. Spetsnaz: Russian special forces rearm to shape the battlefield. **Jane's International Defence Review**, 2020. Disponível em: <https://customer-janes-com.nduezproxy.idm.oclc.org/Janes/Display/FG_3266068-IDR>. Acesso em: 10, jun. 2021.
- EADAILY. **Военная разведка Украины: ФСБ готовит покушение на нашего шефа**. 29 dez. 2020. Disponível em: <<https://eadaily.com/ru/news/2020/12/29/voennaya-razvedka-ukrainy-fsb-gotovit-pokushenie-na-nashego-shefa>>. Acesso em: 25 jan. 2021

FRIDMAN, Ofer. The Rise of Gibrinaya Voyna: the Russian Theory of Hybrid Warfare. In: FRIDMAN, Ofer. Russian 'Hybrid Warfare': Resurgence and Politicisation. Nova York: Oxford University Press, 2018. Cap. 2. p. 56-108.

GAIDAR, Yegor. The Fall. In: GAIDAR, Yegor. **Collapse of an Empire: Lessons for Modern Russia**. Washington D.C: The Brookings Institution, 2007. p. 220-249. Tradução de: Antonina W. Bouis.

GALEOTTI, Mark. Flare-ups likely in Russia-Ukraine standoff. **Jane's Intelligence Review**, 2015. Disponível em: <<https://customer-janes-com.nduezproxy.idm.oclc.org/Janes/Display/jir11969-jir-2015>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GALEOTTI, Mark. Russian intelligence and security agencies vie for central role. **Jane's Intelligence Review**, 2018. Disponível em: <https://customer-janes-com.nduezproxy.idm.oclc.org/Janes/Display/FG_1008447-JIR>. Acesso em: 09 jun. 2021.

GERASIMOV, Valery. The Value of Science is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations. **Military Review**, Leavenworth, v. 96, n. 1, p. 23-29, jan. 2016. Bimensal. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20160228_art001.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

GILES, Lionel. **Sun Tzu on the Art of War**. Londres: British Museum. Dept. Of Oriental Printed Books And Manuscripts, 1910.

GRYTSENKO, Oksana; WALKER, Shaun. Ukraine forces admit loss of Donetsk airport to rebels. **The Guardian**. Londres. 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jan/21/russia-ukraine-war-fighting-east>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

HEATMAP: bne IntelliNews Despair index. **bne IntelliNews**. 2019. Disponível em: <<https://www.intellinews.com/heatmap-bne-intellinews-despair-index-154746/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

INTERFAX-UKRAINE. **Обвинительный акт в отношении задержанного контрразведкой СБУ агента ФСБ РФ передан в суд**. 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://interfax.com.ua/news/general/716971.html>>. Acesso em: 30 jan. 2021

JONES, Bruce. Moscow reshuffles Ukrainian separatist leadership. **Jane's Defence Weekly**. 2014. Disponível em: <<https://customer-janes-com.nduezproxy.idm.oclc.org/Janes/Display/jdw56203-jdw-2014>>. Acesso em: 02 ago. 2021
KYIV POST. **Poll says some 49% of Ukrainians support joining EU, 41% – joining NATO**. 2020. Disponível em: <<https://www.kyivpost.com/ukraine-politics/poll-says-some-49-of-ukrainians-support-joining-eu-41-joining-nato.html>>. Acesso em: 05 jun. 2021

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. Nova York: Metropolitan Books, 2007.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KRAMER, Mark. The Perils of Counterinsurgency: Russia's War in Chechnya. **International Security**, Cambridge, Massachusetts, v. 29, n. 3, p. 5-63, 2005.

LAPAIEV, Yuri. The Political Dimension of Russia's Spy Games in Ukraine. **Eurasia Daily Monitor**. 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/the-political-dimension-of-russias-spy-games-in-ukraine/>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

LIND, William S. *et al.* **The Changing Face of War: into the fourth generation**. Marine Corps Gazette, Quantico, p. 22-26, out. 1989.

MEARSHEIMER, John J.. Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: The Liberal Delusions that Provoked Putin. **Foreign Affairs**, Nova York, v. 93, n. 5, p. 77-89, set. 2014.

MOROZOVA, Natalia. Geopolitics, Eurasianism and Russian Foreign Policy Under Putin. **Geopolitics**, v. 14, n. 4, p. 667-686, 11 nov. 2009.

O'HANLON, Michael. Ukraine wants to join NATO. Letting it in would just provoke Russia. **The Washington Post**. 16 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/outlook/2021/06/16/nato-expansion-ukraine-strategic-error/>>. Acesso em: 02 ago. 2021

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de; CASALUNGA, Fernando Henrique. Guerra Híbrida: o emprego da tecnologia da informação no conflito Rússia-Ucrânia (2014-2015). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, n. 2, p. 13-36, jul-dez. 2020. Semestral.

OSCE. **Daily and spot reports from the Special Monitoring Mission to Ukraine**. 2021. Disponível em: <<https://www.osce.org/ukraine-smm/reports>>. Acesso em: 04 jun. 2021

PETIT, Brian. **Social Media and UW**. 2012. Disponível em: <<https://www.soc.mil/SWCS/SWmag/archive/SW2502/SW2502SocialMediaAndUW.html>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

RADIO FREE EUROPE. **Top Ukrainian Security Official Detained For Alleged Collaboration With Russia's FSB**. 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/top-ukrainian-security-official-detained-for-alleged-collaboration-with-russia-s-fsb/30554391.html>>. Acesso em: 06 fev. 2021

REALPOLITIK. *In*: Encyclopædia Britannica. Encyclopædia Britannica, Inc. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/realpolitik>>. Acesso em: 15 mai 2021

RT. **Crimea parliament declares independence from Ukraine ahead of referendum**. 2014. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/crimea-parliament-independence-ukraine-086/>> Acesso em: 03 jun. 2021

RÚSSIA.Федеральный закон от 6 марта 2006 г. N 35-ФЗ "О противодействии терроризму". Moscou, 06 mar. 2006. Disponível em: <<http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?docbody=&prevDoc=102170326&backlink=1&&nd=102105192>>. Acesso em: 10 abr. 2021

RÚSSIA. Федеральная Служба Безопасности. **История Создания**. 2021. Disponível em: <<http://www.fsb.ru/fsb/history.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

RÚSSIA. Служба Внешней Разведки. **Названия Службы**. 2019. Disponível em: <<http://svr.gov.ru/history/history.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SCHWIRTZ, Michael. An unexplained murder in Ukraine. Then the Russian assassin talked. **The Irish Times**, 2019. Disponível em: <<https://www.irishtimes.com/news/world/europe/an-unexplained-murder-in-ukraine-then-the-russian-assassin-talked-1.3845442>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SEGODNYA. В Украине "работает" целая сеть агентов ФСБ и внешней разведки России. 22 out. 2018. Disponível em: <<https://politics.segodnya.ua/politics/v-ukraine-rabotaet-celaya-set-agentov-fsb-i-vneshney-razvedki-rossii-1181755.html>>. Acesso em: 23 jan. 2021

SEGRILLO, Angelo. O Fim da URSS. In: SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 312-323.

SEGRILLO, Angelo. **Reconstruindo a "Reconstrução"**: uma análise das principais causas da Perestroika soviética. 1999. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

SEGRILLO, Angelo. Os Russos Embarcam no Capitalismo. In: SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 325-335.

SOLDATOV, Andrei; BOROGAN, Irina. **The New Nobility: The Restoration of Russia's Security State and the Enduring Legacy of the KGB**. Nova York: Publicaffairs, 2010.

TASS. **Zelensky once again rules out elections in Donbass**. 2020. Disponível em: <<https://tass.com/world/1201303>>. Acesso em: 14 jul. 2021

TSYGANKOV, Andrei P.. Vladimir Putin's Last Stand: the Sources of Russia's Ukraine Policy. **Post-Soviet Affairs**, v. 31, n. 4, p. 279-303, 4 fev. 2015.

TSYGANKOV, Andrei P.. Vladimir Putin's Vision of Russia as a Normal Great Power. **Post-Soviet Affairs**, v. 21, n. 2, p. 132-158, jan. 2005.

UCRÂNIA. The Law of Ukraine on Television and Radio Broadcasting. Kiev, 12 jan. 2006. Disponível em: <<https://cedem.org.ua/en/library/the-law-of-ukraine-on-television-and-radio-broadcasting/>>

UNIÃO SOVIÉTICA. Указ Президента СССР от 25.12.1991 № 3162. О сложении Президентом СССР полномочий Верховного Главнокомандующего Вооруженными Силами СССР и упразднении Совета обороны при Президенте СССР. **Ведомости Верховного Совета СССР**. Moscou, 25 dez. 1991. Disponível em: <<http://vedomosti.ssr.su/1991/52/#1561>>. Acesso em: 02 abr. 2021

UNIÃO SOVIÉTICA. Декларация Совета Республик ВС СССР от 26.12.1991 № 142-Н. В связи с созданием Содружества Независимых Государств. **Ведомости Верховного**

Совета СССР. Moscou, 26 dez. 1991. Disponível em:
<<http://vedomosti.ssr.su/1991/52/#1561>>. Acesso em: 02 abr. 2021

UNIÃO SOVIÉTICA. Закон СССР от 14 марта 1990 г. N 1360-I "Об учреждении поста Президента СССР и внесении изменений и дополнений в Конституцию (Основной Закон) СССР". **Сайт Конституции Российской Федерации**. Moscou, 14 mar. 1990. Disponível em: <<http://constitution.garant.ru/history/ussr-rsfsr/1977/zakony/185465/#300>>. Acesso em: 14 mai. 2021

US-GERMAN GAS DEAL IS A DISSERVICE TO UKRAINE. **Financial Times**, 2021. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/2170b044-2a9c-405b-a3ee-a5edfec34bbd>>. Acesso em: 02 ago. 2021

WALTHER, Ulf. Russia's Failed Transformation: The Power of the KGB/FSB from Gorbachev to Putin. **International Journal Of Intelligence And Counterintelligence**, v. 27, n. 4, p. 666-686, 6 ago. 2014.

WHAT IS BEHIND RUSSIA'S PASSPORTIZATION OF DONBAS. **Warsaw Institute**, 2021. Disponível em: <<https://warsawinstitute.org/behind-russias-passportization-donbas/>>. Acesso em: 02 ago. 2021